

TRANSCRIÇÃO DE ÁUDIO REUNIÃO DO COMUI

Dia: 12/09/2017

Horário: 14h

1 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Boa tarde senhores.
2 Então vamos dar início a nossa reunião nº 33 de 2017 do Conselho Municipal do Idoso. No
3 dia 12 de setembro de 2017. Ordem do dia. Justificativas de ausência: seu Ruy justificou a
4 ausência, que não está em Porto Alegre, mas a sua suplente está presente. Verificação de
5 *quórum*, então nós temos 11 pessoas presentes. 11 presentes até o momento. Ninguém mais
6 justificou. Aprovação da pauta. Câmara de Registro, Câmara de Projeto, Câmara de
7 Assessoramento e Câmara de Comunicação. Assuntos gerais: leitura, discussão e aprovação
8 da resolução na Câmara de Registro e resolução do Conselho Nacional dos Direitos do
9 Idoso nº 33 de 24 de maio de 2017. Se nós conseguirmos vencer a primeira, e alguns
10 informes. Quem é favorável? Alguém tem algo a incluir? Desculpa. Tem alguma coisa para
11 incluir? Não? Quem é favorável a aprovação? 11 pessoas favoráveis. Então vamos começar
12 pelas câmaras já que o Luis está arrumando lá. Câmara de Registro tem alguma coisa? **Sra.**
13 **Lúcia Helena Bastos Maschke (Associação Ferroviários Riograndense/Titular)** – Tem
14 um processo só, uma solicitação de registro da Cruz Vermelha Brasileira, filial do estado
15 do Rio Grande do Sul. Nós recebemos os documentos em 1º de agosto de 2017, e quando
16 nós examinamos nós constatamos que faltavam dados maiores que justificassem
17 precisamente trabalho com os idosos lá. Quem não conhece a Cruz Vermelha Brasileira
18 desde 1912. Aí solicitamos esse trabalho, nos apresentaram agora dia 06 de setembro,
19 mandaram a documentação, onde especificam mais o trabalho com idoso. E a câmara
20 entendeu que eles cumprem atividades diversas de atendimento a idosos, e por isso somos
21 pela aprovação do registro como entidade de atendimento direto. **Sra. Elisiane Silva de**
22 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – A câmara é favorável ao registro? **Sra.**
23 **Lúcia Helena Bastos Maschke (Associação Ferroviários Riograndense/Titular)** – Sim.
24 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Então vamos
25 colocar em votação para aprovação do registro da entidade Cruz Vermelha Brasileira filial
26 do estado do Rio Grande do Sul. Quem é favorável a aprovação? 10 votos favoráveis,
27 aprovada então a inclusão da entidade Cruz Vermelha com seu registro no Conselho
28 Municipal do Idoso. **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal dos**
29 **Esportes/Titular)** – O meu voto é favorável sim, mas eu queria saber como é o
30 atendimento, como é que eles chegaram ao atendimento de idosos? **Sra. Lúcia Helena**
31 **Bastos Maschke (Associação Ferroviários Riograndense/Titular)** – Eles atendem assim,
32 quase como um grupo de convivência, uma coisa desse tipo. Então é um grupo com as
33 idades bastante diversificadas, mas eles constataram que eles têm lá, eu pedi uma coisa
34 mais vivida por idoso. Aí diz assim: nosso núcleo de atendimento informamos
35 anteriormente que foi um atendimento geral, adolescente, adulto, mas não custa lembrar
36 que nosso ambulatório atende nesse momento 291 pessoas com mais de 60 anos, sendo que
37 desses, 185 são homens e 106 mulheres, distribuídos nas seguintes faixas etárias: de 60 a
38 64, 126 homens e 70 mulheres. De 65 a 69 anos, 59 homens e 36 mulheres. Isso aqui é um

39 dado mais recente. **Sra. Eleonora Kehles Spinato (ASMOJI/Titular)** – É mais
40 Giacomoni narcóticos anônimos e alcoólicos anônimos. Para poder ser mais focado nesses
41 dois aqui, e por isso também eu acho, é uma constatação o número maior de homens, que é
42 uma incidência constatada pelo menos procura de homens do que de mulheres. E os grupos
43 deles são focados nisso, e agora eles estão com uma proposta de fazer grupo específico dos
44 idosos aí. **Sra. Lúcia Helena Bastos Maschke (Associação Ferroviários**
45 **Riograndense/Titular)** – É que eles têm todas as manhãs tem esses grupos lá, tanto sente
46 desprevenido, vai lá, precisa de uma ajuda tu entra lá e acaba aderindo, indo semanalmente.
47 Pode ir todos os dias se você quiser também, não tem uma restrição. **Sr. José Paulo**
48 **Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes/Titular)** – Reforçar a fazer esse
49 comentário, são três comentários que estão sendo gravados, e a gente quer enaltecer o
50 trabalho dessa entidade que a gente reconhece que ela faz. Obrigado. **Sra. Elisiane Silva de**
51 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Roberto da Secretaria da Saúde. Alguém
52 mais quer fazer inscrição, falar sobre a Cruz Vermelha? Não. Roberto da Secretaria
53 Municipal de Saúde. **Sr. Roberto Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal da**
54 **Saúde/Titular)** – Queria registrar o quanto é bem-vinda essa entidade aqui para o COMUI,
55 e vem ao encontro do que eu já tenho dito aqui e outros conselheiros também. Nós já
56 estamos conseguindo dar um razoável atendimento na saúde clínica, a brigagem já tem
57 grandes avanços, mas um problema muito grave é a falta de apoio a saúde mental do idoso.
58 E a Cruz Vermelha Brasileira tem um trabalho específico, um trabalho de profundidade, um
59 trabalho de referência, e eu acho que o ingresso dela aqui no conselho tem um potencial
60 muito grande até pelo trabalho direto, mas também pelas parcerias que ela costuma
61 desenvolver, de dar atenção mais esse item, porque hoje nós em nível de saúde ampla, nós
62 estamos conseguindo fazer as pessoas viverem mais anos, mas infelizmente a saúde
63 neurológica não tem acompanhado a saúde clínica. Então esse é um dos pontos que eu
64 queria destacar, e lembrar todos os colegas de que esse é um ponto de entrar na nossa pauta
65 definitiva, ainda não sinto que ele está presente no nosso dia-a-dia. Acho que a saúde
66 mental do idoso é um tema a ser tratado diuturnamente. Obrigado. **Sra. Elisiane Silva de**
67 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Eleonora da ASMOJI. **Sra. Eleonora**
68 **Kehles Spinato (ASMOJI/Titular)** – Só para complementar mais um dado Giacomoni,
69 eles anexaram também o currículo das pessoas que atendem, são pessoas com uma larga
70 experiência em idosos e profissional também. Eu achei interessante que eles acharam por
71 bem anexar o currículo dessas pessoas que prestam atendimento aos idosos ali, eu acho que
72 isso é uma coisa boa, porque tu tem uma equipe bem qualificada para fazer isso. Nem
73 sempre a gente consegue às vezes né ter uma equipe tão qualificada para tratar. E eles
74 fizeram questão de anexar o currículo dessas pessoas. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque**
75 **(Asilo Padre Cacique/Titular)** – Então dando seguimento aqui, vamos passar a Câmara de
76 Assessoramento primeiro, para depois projetos, posterior projetos. A Câmara de
77 Assessoramento ontem nós recebemos o Presidente do CONDECOM, Cláudio Ferreira, Dr.
78 Cláudio Ferreira que está em contato com o Conselho Municipal do Idoso, que eles querem
79 fazer um evento na Câmara dos Vereadores entre o dia 25 a 27, não está definido ainda, que
80 é o consumidor idoso. Então é uma parceria entre o Conselho Municipal do Idoso e o
81 CONDECOM. Vai ficar nesses dias, posterior nós vamos está encaminhando ao senhor,
82 quem tá vindo também nas reuniões é o Vereador Cassiá, que convidamos ele para ele ver a
83 disponibilidade da Câmara Municipal de Vereadores, já tem os palestrantes aqui, já foi
84 definido os palestrantes para esse dia, que é o representante vai ser a Dra. Caroline Vaz que
85 é uma representante do Ministério Público. O outro é da defensoria pública que é a Larissa

86 Prado, OAB Cristiano Schmidt, não é o Dr. Cristiano Lisboa, mas Dr. Cristiano Lisboa
87 Martins também vai participar, esse vai ser o palestrante que o foco do assunto vai ser o
88 consumidor idoso. Muito empréstimo, as pessoas que estão abordando os idosos para fazer
89 empréstimo, então eles querem um conhecimento a mais para o idoso. Então esse é o
90 assunto que estamos, que foi tratado ontem na comissão de assessoramento, também
91 falamos um pouco sobre a lei do conselho, um grupo aqui do conselho foi na Câmara dos
92 Vereadores conversar com Alvani Medina, vereador que fez uma proposta de lei sem o
93 conhecimento do conselho, ninguém tinha aquele conhecimento. Fomos lá conversamos
94 com ele, e ele realmente viu que ele escolheu equivocadamente, não conversar com o conselho
95 sobre aquela lei que eles estavam apresentando para ser votada. E por sugestão nossa, por
96 sugestão de nós conselheiros que fomos até lá, eles vão retirar. Então vai ser retirado, eles
97 colocaram à disposição para novas e futuras leis, com aval do Conselho Pleno do COMUI,
98 eles vão apoiar. Esses foram alguns dos assuntos tratados ontem na Câmara de
99 Assessoramento. Vou passar então, Câmara de Comunicação tem alguma coisa? **Sra.**
100 **Eleonora Kehles Spinato (ASMOJI/Titular)** – Só queria saber se a resolução aquela que
101 foi aprovada já foi publicada? **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
102 **Cacique/Titular)** – Já, foi assinada já. Vou passar então agora para a Comissão de
103 Projetos. Desculpa, a Câmara de Projetos, falei errado. Vou convidar o Pastorini. Câmara
104 de Projetos. **Sr. Roberto Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal da Saúde/Titular)** –
105 Roberto da Saúde pela Câmara de Projetos. Temos só um projeto aqui, na verdade é a
106 transposição do recurso de um projeto para outro do Asilo Gustavo Nordlund. Do projeto
107 de atenção integral ao idoso em ILPI e manutenção, que é a continuação da segunda fase do
108 projeto. A entidade tá solicitando repassar o valor já captado de um projeto para outro, a
109 carta expirou em 28 de agosto para a segunda fase desse projeto, do mesmo, segunda fase
110 do mesmo projeto, e dando continuidade naturalmente. Não há nenhum impedimento legal,
111 pelo que a Câmara de Projetos se manifesta favoravelmente a solicitação do asilo. **Sra.**
112 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Então quem é favorável
113 a troca do valor de um projeto para o outro como o colega falou da entidade Asilo Gustavo
114 Nordlund? Entenderam o que falei? Acho que não falei direito. Quem é favorável então à
115 alteração? Não foi captado tudo. Quantos? 13 votos favoráveis, então aprovado. Quem se
116 abstém? E uma abstenção. Quem é contra? Ninguém é contra, beleza. A irmã Margarida tá
117 representando, ela veio visitar o conselho, ela representa o Lar Santo Antônio, Casa de
118 Santo Antônio. Tá chegando o Silvio também. Ela é do Lar da Amizade, suplente. **Sra.**
119 **Daltiéli Marinho (Asilo Amparo à Velhice Família Gustavo Nordlund)** – Quem sabe a
120 gente se apresenta. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** –
121 É, já que ninguém se conhece, pode ser. Então vamos lá. Começa por ti José então. **Sr. José**
122 **Vaz (Asilo Gustavo Nordlund)** – Muito prazer tá aqui pela primeira vez, meu nome é José
123 Vaz, eu faço parte da diretoria do Asilo Gustavo Nordlund. E devido à licença médica do
124 nosso presidente, estou aqui para representá-lo. Estou com meu coração aberto a aprender
125 com vocês. **Sra. Daltiéli Marinho (Asilo Amparo à Velhice Família Gustavo Nordlund)**
126 – Daltiéli, Assistente Social, e Asilo Gustavo Nordlund. **Sra. Maria da Graça Furtado**
127 **(FASC/Titular)** – Maria da Graça da FASC. **Sr. Carlos Fernando Simões Filho**
128 **(Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Articulação Política/Titular)** –
129 Simões, Relações Institucionais. **Sra. Liege Mentz (Lar da Amizade/Suplente)** – Liege,
130 Lar da Amizade. **Sra. Eleonora Kehles Spinato (ASMOJI/Titular)** – Eleonora da
131 Associação do Jardim Ipiranga. **Sra. Ana Paula Mendes Matos (Banco de Alimentos do**
132 **RS/Suplente)** – Ana Paula do Banco de Alimentos. **Sra. Lúcia Helena Bastos Maschke**

133 (Associação Ferroviários Riograndense/Titular) – Lúcia Helena da Associação dos
134 Ferroviários Sul Riograndense. **Sr. Roberto Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal**
135 **da Saúde/Titular)** – Roberto Rodrigues da Secretaria da Saúde. **Sra. Elisiane Silva de**
136 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Elisiane Albuquerque, Asilo Padre
137 Cacique. **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal dos Direitos**
138 **Humanos/Titular)** – Pastorini, Secretaria do Desenvolvimento Social, Coordenadoria de
139 Direitos do Idoso. **Sra. Geneci Terezinha dos Santos Souza (Amparo Santa**
140 **Cruz/Titular)** – Geneci, Amparo Santa Cruz. **Sr. Silvio Leal (SMDSE/DIRDH/CMPI)** –
141 Silvio da SMS da Pessoa Idosa. **Sra. Alda dos Santos (Associação de Cegos Louis**
142 **Braille/Suplente)** – Alda da ACELB – Associação dos Cegos Louis Braille. **Sr. José**
143 **Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes/Titular)** – José Paulo Giacomoni
144 da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes. **Sra. Margarida (Casa dos Amigos**
145 **de Santo Antônio)** – Sou Margarida da Casa dos Amigos de Santo Antônio. **Sr. José**
146 **Ademar Lucas Quos (Secretaria Municipal da Cultura/Titular)** – Sou José Lucas da
147 Secretaria da Cultura. **Sr. Adão Alcides Zanandrea (Associação de Cegos Louis**
148 **Braille/Titular)** – Adão Zanandrea da Associação dos Cegos Louis Braille. **Sra. Elisiane**
149 **Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Então estamos apresentados.
150 Faltou o Luis. **Sr. Luis Henrique** – Luis Henrique, sou servidor da prefeitura. **Sra.**
151 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Então dando
152 continuidade, vamos, eu vou acho que lá para frente para ler. Eu não sei se alguém quer ler
153 hoje. Nós estamos dando continuidade da leitura e discussão da resolução de registro de
154 entidades governamentais e não governamentais. Nós paramos no Artigo 4º né Luis? Isto,
155 nós paramos no Artigo 4º. Então vamos iniciar a seção 2 que é do registro das entidades
156 governamentais. Roberto da Saúde vai fazer a leitura. **Sra. Ana Paula Mendes Matos**
157 **(Banco de Alimentos do RS/Suplente)** – Só um pouquinho, só um pouquinho, acho que a
158 gente pode voltar, Ana Paula do Banco de Alimentos. Voltar naquela parte lá e já arrumar,
159 que a gente ficou em dúvida lá com relação ao vermelho lá em cima, dar continuidade. **Sra.**
160 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Tá, vocês ficaram de ver
161 né? Então podemos voltar lá Luis um pouquinho. Que é o Artigo 3º, é a letra 4ª e a 10 né?
162 É, é o quarto e o 10. Quer ler Roberto? Por que a Ana já quer trazer com as alterações? **Sra.**
163 **Ana Paula Mendes Matos (Banco de Alimentos do RS/Suplente)** – É, na verdade a ideia
164 é manter como tá, enfim, a gente pode manter o mesmo, que o Marco Regulatório já prevê
165 que se peça esse tipo de documentação, então tá perfeito nosso texto. **Sra. Elisiane Silva**
166 **de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – O antigo ou esse agora? Que a gente
167 alterou algumas coisas. **Sra. Ana Paula Mendes Matos (Banco de Alimentos do**
168 **RS/Suplente)** – Não, como a gente tá bom para ficar como tá. **Sra. Elisiane Silva de**
169 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Esse daí era aquele antigo do atestado de
170 pleno regular funcionamento, testados. E era assim, era para manter o endereço do diretor
171 né, do presidente e vice-presidente no atestado ou não. Aí essa foi a discussão. **Sra. Ana**
172 **Paula Mendes Matos (Banco de Alimentos do RS/Suplente)** – Mas o texto tá assim, a
173 gente só ficou de decidir se ia tirar esse total. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**
174 **Padre Cacique/Titular)** – Pode ler para nós? **Sra. Ana Paula Mendes Matos (Banco de**
175 **Alimentos do RS/Suplente)** – Atestado que a entidade tá em pleno regular funcionamento,
176 cumprindo suas finalidades estatutárias, e no qual conste a relação nominal, dados de
177 identificação e endereço dos membros da diretoria da entidade, fornecido por órgão da
178 Prefeitura de Porto Alegre. **Sra. Lúcia Helena Bastos Maschke (Associação Ferroviários**
179 **Riograndense/Titular)** – Só foi retirar, Lúcia da Associação dos Ferroviários. Só foi

180 retirado o que estava antes ali, terminou em órgão da Prefeitura de Porto Alegre, e a gente
181 tinha assim o poder judiciário. Saiu o poder judiciário. **Sra. Elisiane Silva de**
182 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Então se mantém. A nossa única dúvida
183 era colocar no endereço do presidente no atestado né? Então se contempla o Marco
184 Regulatório, fica. **Sra. Ana Paula Mendes Matos (Banco de Alimentos do RS/Suplente)**
185 – Segundo consta eles já pedem isso né. O endereço então tá dentro do que a gente
186 imaginava mesmo. **Sr. Roberto Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal da**
187 **Saúde/Titular)** – Eu tinha feito uma referência nesse Inciso IV que é o seguinte olha, nós
188 estamos dentro do Artigo 3º: são documentos necessários para registro, para registro aqui
189 no COMUI. Eu entendo que não é necessário um atestado de que a entidade tem pleno e
190 regular funcionamento, porque a Câmara de Registro, aqui eu considero um órgão
191 habilitado a analisar a documentação da entidade, e ela vai fazer uma vistoria no local, que
192 vai atestar este funcionamento. Então eu entendendo que a Câmara de Registro do próprio
193 COMUI analisando a documentação, vistoriando o local, eu não conheço forma mais
194 idônea de atestar o pleno e regular funcionamento com esta combinação de análise
195 documental com inspeção no local. Por isso na minha opinião não seria necessário este
196 atestado. Parece que ele decorre do Marco Regulatório, então parece que não é facultativo,
197 é uma imposição, acatamos, só estou comentando que eu entendo que a câmara teria
198 autonomia e precisão administrativa de opinar sobre esse ponto. **Sra. Elisiane Silva de**
199 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Só um minutinho, tem várias pessoas
200 inscritas. Quem tá inscrita? A Eleonora. Daltiéli do Gustavo Nordlund. **Sra. Daltiéli**
201 **Marinho (Asilo Amparo à Velhice Família Gustavo Nordlund)** – Eu coloco novamente
202 assim, esse atestado nós sabemos, eu solicitei, e eles pedem esses dados para fazer o
203 atestado, mas no atestado enfim, no atestado físico não consta o endereço do dirigente, não
204 consta, então a gente não teria como ter, porque é um atestado que vai ficar exposto o nosso
205 endereço, e não sei se a gente coloca no atestado. A não ser que a gente converse com o
206 pessoal da prefeitura, que eles coloquem no atestado o endereço. Mas no atestado físico
207 deles não tem o endereço, de repente quando tu for olhar a pesquisa e verificar se tem o
208 endereço, não vai ter. Ele te dá o nome do documento e o nome da pessoa. **Sra. Ana Paula**
209 **Mendes Matos (Banco de Alimentos do RS/Suplente)** – Alterar a redação, é isso? **Sra.**
210 **Daltiéli Marinho (Asilo Amparo à Velhice Família Gustavo Nordlund)** – É, ou a gente
211 tira a parte do endereço ou a gente conversa com o pessoal da prefeitura, que é a SMRI que
212 fornece, e a SMRI coloca o endereço. Porque não vai chegar aqui e fornecer o documento,
213 eles fornecem, não tem endereço, tem o número do documento e o nome do dirigente. **Sra.**
214 **Eleonora Kehles Spinato (ASMOJI/Titular)** – Só que Roberto, acho que nós não temos
215 condições de dar esse atestado para dizer que está em regular funcionamento, isso é a
216 prefeitura que dá esse regular funcionamento, acho que não é nós que podemos dar o
217 regular funcionamento. A visita não vai nos dar essa garantia que a entidade está em regular
218 funcionamento, que quem faz a fiscalização é a própria prefeitura. Então eu acho que o
219 estado para nós e garantimos aqui que a entidade está em regular funcionamento, nós não
220 temos. **Sra. Lúcia Helena Bastos Maschke (Associação Ferroviários**
221 **Riograndense/Titular)** – Só ia complementar da Daltiéli ali mostrando que ela tem razão,
222 que o atestado que é dado pela prefeitura é o nome da pessoa ou o cargo, se é presidente,
223 vice-presidente da entidade. Só isso, não vai endereço. Mas se o Marcos tá solicitando né.
224 **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal dos Direitos Humanos/Titular)** –
225 O que está se pedindo é o atestado de pleno regular funcionamento. Vamos partir de um
226 princípio, o conselho tá criando aqui um sistema de registro muito qualificado, muito bem

227 qualificado. O Conselho de Direito do Idoso tá no caminho certo. O sistema de inscrição e
228 registro, é excelente, é ótimo. A criança e adolescente já exerce isso há muito tempo, no
229 momento que nós damos, que nós levantamos aqui, estamos aprovando um registro, nós já
230 estamos dando um atestado de pleno regular funcionamento. Eu entendo, nós estamos
231 aprovando uma instituição que trouxe toda documentação exigida, inclusive no Marco
232 Regulatório. Desnecessário eu acho para colocar endereço, relação nominal, talvez
233 exigirmos no próprio documento, mas na documentação de registro a gente já tem toda essa
234 documentação, então eu entendo desnecessário. O atestado de regular funcionamento eu
235 comparo ele ao fundo de garantia, a certidão do fundo de garantia, a certidão, o CND do
236 INSS, como um documento, não precisamos qualificar. Qualificar o que é que quer dizer,
237 pegar todos os dados, CPF, endereço, telefone e etc., a qualificação. Nesse caso ele está no
238 sistema de registro do conselho, então eu vejo que se nós pormos daí é que entendemos que
239 devemos dar, a Eleonora colocou muito bem, se nós entendermos aqui né Eleonora, que nós
240 devemos dar atestado de pleno regular funcionamento, suprimimos o endereço, esses dados
241 que são repetitivos. Quanto a exigência do Marco Regulatório do terceiro setor é lá na
242 assinatura do termo de fomento ou no termo de colaboração, essas exigências embora não
243 vai ser o nosso atestado que vai qualificar a instituição, e sim o que o marco estiver pedindo
244 ou que o setor do responsável pelo termo de fomento ou pelo termo de colaboração, ele vai
245 exigir, aí vai exigir cópia da identidade, CPF, etc., toda documentação. Então para nós é um
246 atestado de pleno de regular funcionamento. Eu entendo ele muito bom, muito útil, porque
247 eu lembro, Luis Henrique me ajuda aí, que tem a memória mais jovem que a minha né
248 Luis, o nosso pleno atestado regular, atestado de pleno regular funcionamento da criança e
249 adolescente era exigido em todos os órgãos no Rio Grande do Sul, porque eles confiaram
250 no nosso sistema de registro e cadastro. E o que nós estamos querendo montar aqui é o
251 sistema de registro e cadastro, de controle, não só das instituições governamentais e não
252 governamentais, com das instituições privadas com fins lucrativos, esse cadastro a gente
253 tem que ter obrigatoriamente, com todos os serviços e programas descritos. Esse cadastro
254 ele é fundamental para nós. Aí sim nós teremos o cadastro e o sistema de registro
255 plenamente confiável, onde todo município de Porto Alegre depositará confiança em nós e
256 o estado do Rio Grande do Sul também. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
257 **Cacique/Titular) – Carlos. Sr. Carlos Fernando Simões Filho (Secretaria Municipal de**
258 **Relações Institucionais e Articulação Política/Titular) –** A minha sugestão é que o ponto
259 4, atestado de entidades em pleno regular funcionamento cumpriu suas finalidades
260 estatutárias, fornecido pela Secretaria de Relações Institucionais da Prefeitura de Porto
261 Alegre, com seus dispositivos de segurança do conselho que tá vinculado qual seja a um
262 dos 29, na entrada e na saída das instituições, é só um dispositivo de segurança. Que
263 quando entrar no conselho a entidade A, ela conseguiu um atestado de regular
264 funcionamento, ela entrou aqui, a Câmara vai lá visitar, o prédio não tá bom, a metodologia
265 tá equivocada, os funcionários contratados não têm competência e nós estamos vetando e
266 indicando a plenária o veto. E nós vetamos, mas ela tem atestado de pleno regular
267 funcionamento na entrada, a Câmara veta. Eu acho que a gente tem que cuidar isso, porque
268 isso é uma das coisas que gerou o debate com o próprio prefeito encaminhar para a câmara
269 aquela alteração de uma frase no que couber, não nos cabe alterar de forma administrativa
270 da prefeitura vigente, já foi alterado, é na nossa secretaria no 11º andar no horário
271 comercial, e ao Secretário Paim e Siegle que assinam o atestado. Não é superior ao
272 conselho, nem inferior, ele só é. Quando chegar no conselho um dos 29, o conselho vai
273 dizer: é ou não é? Se não é, nem o atestado segura. Inclusive é prova contra os dirigentes se

274 é redução, então não entendi por que é que a gente tá fazendo esse debate se não nos cabe
275 isso. É minha opinião. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
276 **Cacique/Titular)** – Obrigada Carlos. Giacomoni. **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria**
277 **Municipal dos Esportes/Titular)** – Na última plenária eu me manifestei a respeito,
278 exatamente na questão do endereço, que eu achava importante em função que o ano
279 passado quando participei o ano passado, eu participei dessa comissão, a gente flagrou uma
280 situação em que o local que estava pedindo o registro tinha esse registro Simões, mas o
281 presidente e vice-presidente moravam na mesma casa da entidade, era esposo, mulher,
282 tesoureiro, e a gente terminou vetando e ficou com constrangimento, porque tinha um
283 documento de regular funcionamento que não batia com a nossa visita. **Sr. Wilson Abascal**
284 **Pastorini (Secretaria Municipal dos Direitos Humanos/Titular)** – Emitido por quem o
285 documento? **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes/Titular)** – O
286 pleno regular funcionamento pela prefeitura. E nós enquanto membro da Câmara de
287 Registros verificamos que tinha inconsistência. Então eu acho que buscando a lisura,
288 buscando a confiança plena desse conselho, nunca é demais acrescentar. Porque amanhã ou
289 depois isso aqui pode dar problemas maiores. Então a gente cria a origem do problema,
290 reforça ainda mais, a portaria se fortalece ainda mais a nossa idoneidade, pessoal. **Sra.**
291 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Seu Adão da ACELB.
292 **Sr. Adão Alcides Zanandrea (Associação de Cegos Louis Braille/Titular)** – Eu
293 questiono quando a prefeitura dava o atestado de pleno regular funcionamento, eu como
294 dirigente de entidade, faz uns oito, 10 anos atrás, tinha muitos cegos criando entidades. O
295 lar da mulher cega. O esporte para cego na Restinga. Queria ver e a prefeitura dava
296 assistência ou se a prefeitura dava o atestado de pleno regular funcionamento, e quando ia
297 ver, não tinha nada. Tinha apenas o bom vivão com duas, três pessoas, a Casa Lar. Então
298 isto vários atestados que a prefeitura deu, e várias denúncias contra o presidente, até
299 trabalhando no sírio, trabalhei 44 anos, eu ia e dizia: lá tem a Casa Lar do Cego, tem a casa
300 do fundo, tem um deficiente físico, quantas oportunidades. E todas elas que a prefeitura
301 exigia um comprovante de endereço, e declarava regular e pleno funcionamento. Umas oito
302 ou 10 vezes eu vi, assisti, denunciei. Então para mim quem tem capacidade, maior
303 amplitude, se nós temos um Conselho do Idoso que para se cadastrar deixa o documento, e
304 a equipe vai visitar, vai acompanhar toda condução. Quem tem condições hoje, tanto para o
305 poder público, tanto para a sociedade, é o COMUI. O COMUI porque faz parte, dele
306 participam representantes do governo e representante da sociedade, não é apenas a
307 sociedade privada, não, aqui existe a partir de todos os interesses de uma boa
308 administração. Eu sou favorável que quem tem capacidade de dar ou a que mais capacidade
309 e mais estrutura, é o COMUI. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
310 **Cacique/Titular)** – Tá, não, assim, só vamos focar no que nós estamos pedindo. O
311 COMUI não pode dar este atestado aí, este aí, porque este atestado é para ingresso.
312 Posterior o COMUI dá quando a entidade já tem registro aqui, o COMUI fornece o atestado
313 de pleno regular funcionamento. Mas vamos lembrar que este atestado aí a entidade não
314 está registrada no conselho, ela está solicitando o registro. Então quem vai dar esse registro
315 é a Secretaria de Relações Institucionais, né isto? O conselho vai receber ali, depois a
316 comissão vai até o local e vai ver realmente se existe ou não existe aquele trabalho que foi
317 fornecido. Se não existir nós vamos ter que conversar com a secretaria, conforme
318 Giacomoni disse hoje, como é que vocês forneceram um certificado e não existe o trabalho.
319 Isso pode acontecer posterior, depende a câmara né. A única nossa dúvida é: os membros
320 da diretoria se tem, a dúvida nossa no início, hoje os atestados de funcionamento que vem

321 não tem o endereço da atual diretoria. E segundo as colegas estudaram, avaliaram, falaram
322 que sim, no marco consta que tem que ter o endereço dos membros da diretoria, é isto? Tá,
323 ok, então só que como é que nós vamos falar para a secretaria e dizer assim: vocês têm que
324 incluir o endereço da pessoa. **Sra. Ana Paula Mendes Matos (Banco de Alimentos do**
325 **RS/Suplente)** – Na verdade assim olha, o que é que acontece, existe um regramento que tá
326 entrando, o Marco Regulatório ele tá aos poucos aparecendo aí, tem muito coisa nova que
327 nós fomos até a UPEL, até perguntamos né com relação a isso, que era uma dúvida que a
328 gente tinha, e o que é que eles nos disseram? Que sim, a gente tá andando na frente numa
329 coisa que vai passar a acontecer. Então ele disse ok, tá muito correto o que vocês estão
330 fazendo. E isso a gente já tinha colocado antes de falar com ele, então a gente ficou
331 tranquilo. Então vamos manter o nosso texto, a forma como vai ser colocada acho que já
332 tem um método que tu disse né, vai chegar até aqui, e a gente vai ter que registrar essa
333 entidade, e a gente vai ter todos esses dados aqui para que essa entidade possa daqui um
334 pouco, precisa, vai pedir para captar, já tem uma identificação aqui, a gente já sabe a
335 idoneidade dela, ou seja, o conselho já tá lá na frente, e isso é uma coisa importante para
336 nós gente. A gente tem que pensar que isso no Brasil atualmente é o que existe mais
337 importante, a gente não pode simplesmente achar que a gente vai dar um registro para
338 qualquer entidade que está aí, e vamos pensar, a entidade tá tentando o registro aqui no
339 COMUI há um tempo e ela não tem nem um ano de trabalho, e eles estão tentando. Olha
340 só, então enquanto a gente tá controlando isso e isso vai valer para daqui um pouco a gente
341 tá pensando em registrar todos os locais que atendem idosos em Porto Alegre, inclusive os
342 privados, a gente tem que fazer no próximo momento. Então a gente tem que fazer um
343 documento que nos traga a segurança enquanto conselho, que a gente fique seguro, porque
344 é o nosso nome, nós vamos lutar muitas coisas depois disso, não é só o registro, vem mais
345 coisa por aí. Então eu acho que já que o registro das entidades, a porta de entrada para que
346 as pessoas possam vir a receber algum benefício disso, então gente, vamos pensar nisso, a
347 gente não tá querendo complicar a vida de ninguém né, pelo contrário. **Sra. Elisiane Silva**
348 **de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Eleonora agora. **Sra. Eleonora Kehles**
349 **Spinato (ASMOJI/Titular)** – Só eu acho que a gente tem que deixar acontecido por ordem
350 da prefeitura, não especificar. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
351 **Cacique/Titular)** – É que a secretaria que fornece é esta. Era isto? Pastorini. **Sr. Wilson**
352 **Abascal Pastorini (Secretaria Municipal dos Direitos Humanos/Titular)** – Eu já tenho
353 uma proposição bem diferente, eu fiz uma nova pintura. Eu para mim esse Inciso IV ele
354 tem que ser suprimido. Pelo seguinte, supressão desse artigo, por quê? Nós vamos, a
355 instituição vai vim entendendo disso, ela vai vim trazer toda documentação, a comissão de
356 registro vai fazer uma visita em loco, vai fazer, olhar toda documentação da regularidade
357 administrativa, da regularidade de atendimento e vai emitir um parecer favorável ou não.
358 Então esse item ele não é, esse atestado que tem de regular funcionamento ele é uma etapa
359 posterior ao registro, o registro o que é que ele faz aqui, ele simplesmente registra e
360 inscreve. Registra os serviços e programas e inscreve, ele não está habilitando a instituição
361 a assinar contrato, convênios, termo de fomento e termo de colaboração. Então o atestado
362 de pleno regular funcionamento é quando a instituição vem até o conselho e pede o
363 atestado. Aí ela pode requerer protocolo, o protocolo pede o atestado, vem ao conselho, o
364 conselho diz olha, aqui ela está regular, devolve a quem de direito segundo a Eleonora, tem
365 que fazer um atestado que é da administração pública. Mas nesse momento aqui eu não
366 entendo como necessário, porque a instituição vai requerer o registro, nós vamos lá
367 fiscalizar a instituição, vai ver toda regularidade administrativa e fiscal, e a fiscalização

368 dela. Vai ter o parecer da vigilância sanitária com certeza, então o que o Estatuto do Idoso
369 tá pedindo é o registro, que tenha o parecer da vigilância sanitária e o parecer positivo da
370 Comissão de Registro. Se não tiver o parecer positivo, a instituição não vai ser inscrita, não
371 vai ter sua inscrição. Então eu sugiro a supressão desse requisito, supressão total, o atestado
372 ele é um ato posterior, não é um ato no momento da solicitação de registro. Eu vejo assim,
373 porque vai ter a comissão, vai ter fiscalização, o conselho vai lá, a não ser que recebido o
374 atestado de pleno regular funcionamento a comissão não vai visitar a instituição. **Sra.**
375 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Não, é que assim olha,
376 Pastorini, e o senhor trouxe outra proposta tá. **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria**
377 **Municipal dos Direitos Humanos/Titular)** – A supressão. **Sra. Elisiane Silva de**
378 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Isto, a supressão, mas eu penso que não,
379 não podemos suprimir, porque para a entidade se registrar no conselho ela já tem que está
380 em pleno regular funcionamento, ela não tem que se registrar para depois ela começar a
381 funcionar. Então, mas esse documento, sim, eu entendi. **Sr. Wilson Abascal Pastorini**
382 **(Secretaria Municipal dos Direitos Humanos/Titular)** – Nós vamos identificar o
383 funcionamento em loco. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
384 **Cacique/Titular)** – Não, tá, mas daí a prefeitura também pode fornecer, porque eles têm o
385 atestado de localização, a entidade leva a documentação, então eles têm acesso, eles sabem
386 que a entidade funciona, então eles podem fornecer esse atestado. Então eu não vejo
387 necessidade de suprimir. A questão em se assim, se todos concordarem, a questão é só
388 aquela parte do endereço, que eu até parabeno as meninas aí que foram pesquisar lá no
389 Marco Regulatório, e já estão vendo lá na frente como vai ser o atestado de pleno regular
390 funcionamento futuro, que nós estamos nos adaptando. É uma etapa posterior, então foi
391 isso que vocês focaram no marco, e posterior. Então parabéns ao grupo aí, mas tem mais
392 pessoas que querem falar, e aí agora tem mais esta questão que ele trouxe, que nós vamos
393 ter que decidir, ou suprimir ou não. Daltíeli do Asilo Gustavo Nordlund. **Sra. Daltíeli**
394 **Marinho (Asilo Amparo à Velhice Família Gustavo Nordlund)** – Então eu tenho uma
395 sugestão. Eu acho que é bem importante que se vai ser posterior, que a gente coloque sim
396 da forma adequada para vocês pesquisarem, e tem que tá adequado. Só que como hoje não
397 é fornecido desta forma, quem sabe a gente encaminha um e-mail explicando de onde que
398 se tirou, de acordo com artigo tal do Marco Regulatório, será solicitado o endereço nesse
399 atestado. E daí agora quando as instituições forem lá solicitar, eles vão pedir o endereço e
400 vão colocar, então o atestado não vai tá errado. O que é que me preocupa? Quando a gente
401 coloca isso aqui, quem fornece o atestado é outro setor, quem fornece o atestado vai
402 continuar fornecendo aquele atestado errado. Então na hora que a gente solicita esse
403 endereço nesse atestado a gente tem que comunicar esse local que fornece que eles
404 precisam fornecer o endereço. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
405 **Cacique/Titular)** – A gente pode aprovar, mas comunicando o local. Eleonora. **Sra.**
406 **Eleonora Kehles Spinato (ASMOJI/Titular)** – É mais uma segurança nossa que vocês lá
407 também querem, pleno regular funcionamento e cumprindo suas finalidades. Cumprindo
408 suas finalidades. Então eu acho que não entendo por que é que a gente tá demorando tanto
409 nesse item, porque ele vem acrescentar para nós, facilita a entrada aqui, quem já foi, já tem
410 o regular funcionamento, a gente já sabe que tem, e vai acompanhar isso. Eu acho que não
411 dava mais, porque todo mundo pede isso, já vem há muito tempo, todas as entidades têm.
412 Então eu não vejo que vai alterar tanto na Comissão de Registro a gente suprimir isso, se
413 para nós já fica um grau mais importante, a segurança nossa. **Sra. Elisiane Silva de**
414 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Bom, então todos de acordo? Mantemos?

415 Carlos. **Sr. Carlos Fernando Simões Filho (Secretaria Municipal de Relações**
416 **Institucionais e Articulação Política/Titular)** – Só pede para dar o nome e a instituição de
417 quem não conhece. Eu ficaria ali atestado e ali até estatutários. Atestado que a entidade tá
418 em pleno regular funcionamento, e aí pularia fornecido pela, e a nossa secretaria, ponto,
419 acabou. Grupo, o prédio, instituição que vem até o poder público dizer que isso tá aqui, a
420 gente fez, tá aqui comprovando o seu endereço, só quando nós de um conselho qualquer
421 entramos na seara, tá errado, por que é que deu, por que não é, e a gente vai lá ver, exceto
422 essa parte, são etapas, nós estamos invadindo etapas. E o marco é na hora que tu firma o teu
423 chamamento, eu tenho credenciamento prévio, nós estamos invadindo etapa. Isso aí assim
424 olha, é só isso, nada mais. E não se interpõe ao CMDCA, ao Conselho da Saúde, ao
425 Conselho da Assistência, ao Conselho do Idoso ou a conselho algum, nós estamos sabe,
426 fomentando, não tem, é só isso, é um prédio, uma instituição que existe ou não, e que vai à
427 prefeitura: olha, eu existo, eu quero o certificado, tá aqui registrado em cartório. Tá lá,
428 ponto a: ela diz que atende o idoso, quando ela chegar no Conselho do Idoso pedindo, aí
429 começa a vida aqui dentro. É uma entidade que trabalha com a área ambiental, aí ela vai no
430 Conselho do Ambiente, aí ela vai se sujeitar as regras da legislação, e aí ela vai adiante,
431 ponto e acabou. E aí quando o conselho decide que não vai adiante, a gente pega e emite
432 resolução e devolve o documento a SMRI 11º andar no horário comercial. Eu acho que nós
433 estamos querendo invadir coisas assim olha, desnecessárias completamente. E outra,
434 inclusive mais um pouquinho aí o grupo sobre essa parte, toda cidade tem isso, toda cidade
435 tem uma prefeitura e tem esse atestado. **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria**
436 **Municipal dos Direitos Humanos/Titular)** – Então seria o funcionamento fornecido pela
437 prefeitura. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Isso,
438 fornecido. Só um minutinho Luis, não tira ainda que a gente não chegou. Nós não
439 chegamos ainda a uma decisão, eu vou colocar em votação. Temos três propostas: tem a
440 proposta de suprimir, de tirar, tem a proposta do Simões de reduzir e tem a proposta da
441 Câmara, que é a mesma da Daltielí, que se mantém o texto e faça o papel do conselho né,
442 que é propor, o conselho vai propor, vai lá com a secretaria e vai conversar olha, a partir de
443 tanto nós vamos aceitar o funcionamento assim. É isso gurias? É isto? Se for já para a gente
444 encerrar sim, se for mais uma. **Sra. Lúcia Helena Bastos Maschke (Associação**
445 **Ferrovários Riograndense/Titular)** – De qualquer forma quando a gente pede ali, que tá
446 ali o estatuto registrado no cartório de registro especial, tá vindo a relação da diretoria da
447 entidade com o endereço do CPF, o CNPJ, vem com tudo, se é casado, se é solteiro e etc.
448 Então a gente tem um documento que aí eu entendo que possa suprimido um e outro, mas
449 não o item todo. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Tá
450 ok. Tu entende então comissão? E aí comissão, o que é que vocês acham? A redução do
451 miolo. Que atestado de pleno regular funcionamento eles vão, fornecido pelo órgão da
452 prefeitura. E aí o senhor retira o seu? **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal**
453 **dos Esportes/Titular)** – Eu retiro aquela minha quarta também, porque agora você
454 esclareceu que vai tá no item anterior. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
455 **Cacique/Titular)** – Estão todos de acordo? Todos? Podemos manter, então segue, oh Luis,
456 então faz alteração conforme o Carlos falou. Tá ok gurias? Tá ok? Fornecida pelo órgão.
457 Não, cumprindo sua finalidade estatutária, tá ok. Ok? Não entendi, entendeu oh Graça? Ok?
458 Beleza. O 10: caso a entidade. **Sra. Lúcia Helena Bastos Maschke (Associação**
459 **Ferrovários Riograndense/Titular)** – Caso a entidade se enquadrar como instituição de
460 longa permanência para idosos em ILPI, a necessidade da apresentação de alvará de
461 localização e funcionamento, e instituições. É assim: caso a entidade se enquadrar como

462 instituição de longa permanência para idosos, há necessidade da preservação de alvará de
463 localização e funcionamento. Então se caso seja instituição de saúde, vai precisar do alvará
464 de saúde, é isso que eu entendi que quer dizer. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**
465 **Padre Cacique/Titular)** – É que tanto o ILPI, tá aqui o Roberto se eu tiver falando
466 alguma, tu me chama a atenção, tanto o ILPI, quanto hospital, elas duas têm o alvará da
467 vigilância né, da vigilância sanitária. Então solicitamos o alvará da vigilância sanitária,
468 porque mesmo que a entidade, o que é que nós podemos aceitar, se a entidade não tem o
469 alvará ainda, a gente pode ficar com o número do protocolo. Pode ser? Porque é demorado,
470 tem entidades que demoram. Sim, se tiver, mas daí no recadastramento tu pega. Só um
471 minutinho gente, só um pouquinho seu Adão, já te passo a palavra. Aí Eleonora, daí isso
472 daí tem que tá no recadastramento, aí no recadastramento anual aí sim solicita o alvará se a
473 entidade tem ou não tem. Eu penso assim. Seu Adão, por favor. **Sr. Adão Alcides**
474 **Zanandrea (Associação de Cegos Louis Braille/Titular)** – Vocês acreditam lá na
475 vigilância sanitária a saúde, vocês acreditam que grandes hospitais de Porto Alegre têm
476 alvará da vigilância sanitária? Conceição, CUC, hospital das clínicas, Santa Casa, talvez
477 outros. Eu participei durante oito anos do grupo gestor do Hospital Conceição, lavanderia
478 funcionando irregularmente, apartamentos sem janelas e que não conseguiu alvará. Podem
479 olhar nos hospitais ali que desde quando fazem uma emenda, vocês acham que eles vão
480 buscar na vigilância alguma mudança no projeto para construção da estrutura? O grande
481 problema era isso, que havia muitas pequenas obras, mudança, a lavanderia trocava de
482 lugar, enfermarias, as coisas, e não conseguia para a grande, que lá estava presente
483 secretário estadual de saúde, municipal, a vigilância sanitária. Só se mudou de dois anos
484 para cá, um ano e meio, porque eu saí daquele tumulto hospitalar Conceição, eu fui gestor
485 do Grupo Hospitalar Universitário de Caxias. E a grande dificuldade dessas grandes
486 estruturas não ter, e se cobrava lá na Casa Lar, eu disse um dia, fiz uma denúncia: vocês
487 estão cobrando para nós na Casa Lar tem que ter, mas vocês vão lá ver, e foi o diretor da
488 vigilância e o secretário foram lá ver. Nos deram uma autorização provisória por
489 determinado tempo. Mas eu acompanhei e eu quero que alguém me diga o que se mudou na
490 legislação ou mudou o procedimento. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
491 **Cacique/Titular)** – Vou passar a palavra para a vigilância. **Sr. Roberto Rodrigues da**
492 **Silva (Secretaria Municipal da Saúde/Titular)** – Esse assunto daria uma semana de
493 debate, como o senhor mesmo já comentou, os serviços de saúde são dinâmicos e envolvem
494 mil variáveis que a gente não vai conseguir avaliar agora. Havia de fato uma dificuldade
495 muito grande em conceder o alvará, porque o alvará atesta condições, que muitas
496 instituições não observavam, mas isso melhorou bastante, a gente trabalha muito na
497 elaboração das normas de um tempo para cá, e estamos trabalhando muito nisso. A situação
498 não tá 100% resolvida, mas com certeza não é mais esse quadro que o senhor antecipou aí,
499 houveram avanços significativos, nos quais inclusive agradeço sua colaboração nos
500 diversos conselhos que o senhor participa, que nos estimula, que nos motiva a buscar uma
501 solução. E de fato a solução veio para a grande maioria dos casos. Na questão do serviço de
502 saúde eu entendo obrigatório o alvará de localização para qualquer estabelecimento em
503 tese, e os de saúde não se discute, qualquer tipo de instituição de saúde e LPI incluídas, tem
504 que ter um alvará de saúde sim, até porque tá sendo flexibilizado assim alguma coisa em
505 nível de normas, e o alvará da Associação dos Cegos Louis Braille tá em tramitação muito
506 bem, obrigado, acredito que em breve tá em condições de receber o seu alvará de saúde.
507 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – É difícil, concordo
508 com o senhor seu Adão, é difícil alvará de saúde. Temos aqui a Maria da Graça. **Sra.**

509 **Maria da Graça Furtado (FASC/Titular)** – Eu penso que só o texto poderia ser melhor
510 ratificado. No sentido de que todos começam com o documento, todos os itens. Então no
511 décimo já se pede assim: alvará de localização e funcionamento e alvará de saúde para
512 ILPIs. Não precisa por assim: as entidades e etc. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque**
513 **(Asilo Padre Cacique/Titular)** – Tá, sim, sim, alvará de saúde. **Sra. Maria da Graça**
514 **Furtado (FASC/Titular)** – Alvará de localização e funcionamento, e alvará de saúde as
515 organizações. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Nós
516 vamos solicitar os dois alvarás de funcionamento ou saúde? Porque ali no texto. **Sra.**
517 **Maria da Graça Furtado (FASC/Titular)** – Então assim, a minha sugestão que faça dois
518 itens, alvará de localização e funcionamento para etc., Item 11: alvará de saúde para etc. Só
519 para limpar um pouco, para seguir. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
520 **Cacique/Titular)** – Gurias, mas é o mesmo, só um minutinho, alvará de saúde é o mesmo,
521 ele tá dentro, ILPI tá dentro. Não precisa ser alvará de localização, precisa ser da saúde. **Sr.**
522 **Roberto Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal da Saúde/Titular)** – Só para resgatar
523 a discussão nesse ponto na nossa última conversa, acho que não é dúvida, nem temos o
524 poder de tá abrindo mão do alvará de saúde quando se tratar de instituição de saúde, seja
525 em ILPI ou hospital, as duas estão no mesmo enquadramento como serviço de saúde. A
526 dúvida é só iríamos exigir o alvará de localização de todas as entidades, aí o pessoal
527 levantou que algumas funcionam locais cedidos, algumas funcionam em área que não é
528 titulada, não é 100% regular, e que algumas têm dificuldade de obter. Então este é o núcleo,
529 a parte de saúde me parece pacífica assim pelo conjunto das falas. A questão é os
530 estabelecimentos, não os de saúde, os grupos de convivência, as associações de moradores
531 ou outros grupos, se eles vão precisar do alvará apelidado aqui de alvará da SMRI que é
532 para facilidade de compreensão, que é um alvará de localização de funcionamento, é a
533 única dúvida. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Essa
534 era a discussão, porque todos, viuurias, vocês ficaram de ver para nós, lembra? Semana
535 passada que a gente conversou, só um minutinho. A gente conversou sobre isso, era alvará
536 de localização a princípio só para ILPI, depois a gente excluiu da saúde ali né, os hospitais.
537 E aí vocês ficaram de ver se os grupos de convivência também tem o alvará de localização.
538 **Sra. Eleonora Kehles Spinato (ASMOJI/Titular)** – O que a gente tá mencionando aqui é
539 no registro, se a entidade possui cópia de uso, o IPTU comprovaria. Caso não fosse, nós
540 precisávamos do atestado de cedência e da instituição que tá cedendo aquele espaço. E que
541 nós encontramos instituições que não tem, nem localização. Isso a gente não pode abrir
542 mão, que eu não tenho onde localizar a instituição, daí precisa ter de qualquer forma. Se
543 não for espaço próprio, tem que ter um atestado de cedência do local. **Sra. Lúcia Helena**
544 **Bastos Maschke (Associação Ferroviários Riograndense/Titular)** – Está no Item 9. **Sra.**
545 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Uma coisa é diferente
546 da outra, um atestado é diferente. Um atestado é o comprovante de residência, e o outro é
547 de funcionamento. Alvará de funcionamento. Daltielí. **Sra. Daltielí Marinho (Asilo**
548 **Amparo à Velhice Família Gustavo Nordlund)** – Eu lembro da última reunião que a
549 gente conversou, que era só, a solicitação era só para ILPI se fosse o caso de ILPI teria que
550 ter a localização de funcionamento. Aí eu até vi um pouquinho a questão, e as instituições
551 de saúde, conselho, alguma coisa nesse sentido, hospital né, não tem que ter localização de
552 funcionamento? Tem que ter também né, enfim. Mas com relação ao alvará de saúde para
553 ILPI é necessário, eu digo pela dificuldade, é necessário ANVISA, é instituição social, é
554 LDC, é obrigatório porque, por exemplo, só lá na minha instituição há mais de um ano a
555 gente tá só aguardando os bombeiros fazerem a visita. E tá todos os documentos lá na

556 vigilância, tá tudo certo, e eles não vão, e demora, o que seu Adão falou, é um processo
557 muito demorado, e é uma instituição que tem quantos anos né? Eu não sei como é que foi
558 com o senhor lá na ACELB seu Adão, não tem também. **Sr. Adão Alcides Zanandrea**
559 **(Associação de Cegos Louis Braille/Titular)** – Tem provisório. Cada ano renovava a
560 vigilância sanitária. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** –
561 Daltielí é assim olha, esse é um outro assunto. Porque eu não sei se tu viu o que eu falei
562 anteriormente, dá para entrar até com protocolo se assim todos acharem, quando tu
563 encaminha o protocolo para a vigilância. **Sra. Daltielí Marinho (Asilo Amparo à Velhice**
564 **Família Gustavo Nordlund)** – A vigilância não aceita protocolo, aquele protocolo. **Sra.**
565 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Não, estou falando do
566 conselho, aqui no conselho, pelo menos a ILPI entrou, já entrou com pedido. **Sra. Lúcia**
567 **Helena Bastos Maschke (Associação Ferroviários Riograndense/Titular)** – Eu queria
568 dizer alguma outra coisa seguindo o pensamento da organização. Botar tipo um Item 10 ali,
569 começa: alvará de localização e funcionamento para ILPIs. Viram o outro item: alvará de
570 saúde para instituições de saúde. Acho que fica seco e as pessoas vão entender. Já que a
571 gente não tá pedindo de saúde para ILPI. **Sr. Roberto Rodrigues da Silva (Secretaria**
572 **Municipal da Saúde/Titular)** – Não, mas é obrigatório. **Sra. Lúcia Helena Bastos**
573 **Maschke (Associação Ferroviários Riograndense/Titular)** – Então apresentação de
574 funcionamento de saúde para ILPIs. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
575 **Cacique/Titular)** – Não, alvará de saúde, tira o funcionamento de localização. Alvará de
576 saúde. Luis, por favor, como vai ficar Luis? **Sr. Luis Henrique** – Caso a entidade se
577 enquadrar em instituição de longa permanência há necessidade de apresentação de alvará de
578 localização e funcionamento, ponto. Instituições de saúde o alvará da saúde, mas a gente
579 pode incluir além de localização de permanência, também da saúde, no outro item, lá para
580 ILPIs. **Sr. Roberto Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal da Saúde/Titular)** –
581 Pessoal só um pouquinho, essa diferença entre ILPI e saúde eles são sinônimos, ILPI é uma
582 instituição de saúde. Não há diferença. Os requisitos de um e outro são os mesmos. **Sra.**
583 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – É solicitar para
584 entidades, alvará de saúde – para ILPI e instituições de saúde ou hospitais, sei lá. **Sr.**
585 **Roberto Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal da Saúde/Titular)** – Serviços de
586 saúde é um técnico que engloba todos. Serviço de saúde é ILPI, hospital, clínica,
587 laboratório, consultório, tudo que envolve serviços de saúde tá protegido aí. **Sra. Lúcia**
588 **Helena Bastos Maschke (Associação Ferroviários Riograndense/Titular)** – O
589 engraçado que eu acho que a ILPI é um lugar que tu entra até saudável às vezes, aí dá o
590 acolhimento, daqui a pouco a pessoa tem uma coisinha e tudo, mas ela não é um hospital
591 não. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Não, não,
592 Lúcia assim olha, só um minutinho. As ILPIs elas são de assistência, só que para ganhar,
593 receber o alvará de saúde, o que nós estamos colocando alvará de saúde é o nome da
594 certidão, alvará de saúde. Então é tanto para hospital que também tem alvará de saúde,
595 quanto para ILPI, é isso, não tem atestado de funcionamento. **Sra. Lúcia Helena Bastos**
596 **Maschke (Associação Ferroviários Riograndense/Titular)** – Então começa por alvará oh
597 Roberto, para seguir a rotina desde o início ali, começa no documento. **Sra. Maria da**
598 **Graça Furtado (FASC/Titular)** – Começa por documento, como os outros. **Sra. Elisiane**
599 **Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – É isso gente? Estão todos de
600 acordo? Podemos passar para o Artigo 4º? Ok? Podemos passar comissão? Vamos lá. Aí
601 não vai protocolo. **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal dos Direitos**
602 **Humanos/Titular)** – O protocolo seria mera liberalidade. Depende do protocolo. **Sra.**

603 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Ok vamos seguir adiante
604 então. Seção 2: do registro das entidades governamentais. Vai ler Lúcia? Por favor. **Sra.**
605 **Lúcia Helena Bastos Maschke (Associação Ferroviários Riograndense/Titular)** – As
606 entidades governamentais poderão inscrever dois serviços, programas ou projetos a serem
607 desenvolvidos com os idosos no município de Porto Alegre. Vocês estavam analisando
608 muito. Vocês estavam analisando por item, por artigo? O município de Porto Alegre, tem
609 que acrescentar ali. Artigo 6º. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
610 **Cacique/Titular)** – Não Lúcia, tem dois destaques, é por artigo. Tem o Pastorini e a Maria
611 da Graça. Pode falar, a palavra é sua Pastorini. **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria**
612 **Municipal dos Direitos Humanos/Titular)** – Inscreveram dois serviços. Gente quando a
613 gente estiver fazendo, o sistema de registro é uma coisa, Marco Regulatório de terceiro
614 setor ele regulamenta as reações, pegaram um modelo bem grosseiro, contratuais entre as
615 instituições e a administração pública, é outra história, é posterior ao registro, não tem nada
616 que se aplicar Marco Regulatório aqui. E nem resolução de aprovação de projetos, que é
617 outra etapa posterior. O que é que eu quero dizer? Nós queremos registrar e cadastrar todas
618 as atividades das instituições, seja ela governamental, não governamental e seja ela de
619 iniciativa privada que vise o lucro, seja empresa que cuide do idoso. Nós precisamos ter
620 esse registro, esse cadastro de todos, de todos, sem exceção. Agora se pega uma instituição
621 governamental que presta mais de 10 serviços, o que é que ela faz? Inscreve dois e suprime
622 o resto da atividade dela? Ela pega, eu vou pegar o exemplo da FASC. Vou pegar o
623 exemplo que ela tem sei lá quantos serviços tem a FASC. Então a FASC vai pegar, vai
624 registrar dois serviços, e o restante aqui olha: não vamos mais prestar esse tipo de serviço.
625 Que nós temos o registro só de dois, eu estou dando um exemplo grosseiro aqui, não se
626 aplica marco e não se aplica a resolução de captação de recursos aqui no registro, não se
627 aplica, se aplica em etapa posterior, cada resolução faz o lado que tem as suas regras, a
628 resolução de captação de recursos tem as suas, e o registro tem as suas. E a ideia do registro
629 é a universalidade do registro, é tudo, é todo, sem exceção, todos os serviços que se
630 fizeram, que a instituição fizer, seja ela pública ou privada, eu não estou fazendo distinção
631 aqui. Por isso tá sendo dessa forma, que se faz uma restrição ao governamental. Essa
632 restrição ela está no não governamental também? Essa é a pergunta. **Sra. Elisiane Silva de**
633 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Eu não ia responder, eu ia falar, mas pode
634 falar na minha vez. **Sra. Maria da Graça Furtado (FASC/Titular)** – Eu desde o dia que
635 eu li, eu fiquei impressionada assim, o que é que tá por trás disso, entende, porque não tem
636 nenhum sentido lógico colocar dois serviços aí. À medida que não tem nas entidades nas
637 OSCIPs. O serviço ele é inscrito e deve ser inscrito, toda secretaria, administração pública
638 tem serviços destinados, repetindo o que o Pastorini disse, deve ser inscrito isso aqui no
639 COMUI, que destinado para a população. Nós temos aqui o registro hoje na FASC de três
640 serviços, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, centro-dia do idoso, Casa
641 Lar do Idoso. Queremos registrar os serviços de atendimento domiciliar da pessoa idosa e
642 pessoa PCD quando nós tivermos esse serviço, e é fundamental que esteja registrado. **Sr.**
643 **Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal dos Direitos Humanos/Titular)** – E se
644 nós não registrarmos, não podemos registrar esse serviço. **Sra. Maria da Graça Furtado**
645 **(FASC/Titular)** – Exatamente. E aí ainda por cima pensarmos o que nós falamos hoje de
646 manhã na comissão de projetos, quando na verdade a entidade, depois nós vamos debater
647 sobre isso, quando a entidade que na verdade são OSCIPs, elas fazem o registro da sua
648 entidade, da sua realização, e o registro dos seus serviços. Isso nós debatemos hoje de
649 manhã, por exemplo, Padre Cacique, ele tem um projeto, a entidade faz o seu registro, mas

650 também faz registro, apresenta, solicita registro dos serviços desenvolvidos lá dentro,
651 serviço de convivência, serviço de acolhimento, serviço de música, para a musicalidade
652 para idosos, serviço de teatro. E isso é mais um passo a frente que nós estamos tendo que
653 dar. Então esses dois serviços me dá uma tristeza quando ouço isso, eu penso no retrocesso
654 conceitual, não sei se é político, não sei o que é que é, mas me parece assim um absurdo, é
655 de novo querer separar, criar um muro, diferenças, isso que eu sinto. **Sra. Lúcia Helena**
656 **Bastos Maschke (Associação Ferroviários Riograndense/Titular)** – Eu prefiro que me
657 chame de ignorante, mas vamos separar. **Sra. Maria da Graça Furtado (FASC/Titular)** –
658 Não, não, eu não estou me referindo a pessoas, estou me referindo ao conselho, por que é
659 que eu estou em dois, me deixa extremamente confusa e triste. **Sra. Lúcia Helena Bastos**
660 **Maschke (Associação Ferroviários Riograndense/Titular)** – Eu só queria esclarecer isso,
661 não tem nada por trás. Por isso que eu disse ignorância, eu me considerando ignorante
662 nesse assunto, eu confundo serviços, programas e projetos, eu entendo que as OSCIPs, e lá
663 quando trazem aqueles relatórios do que fizeram no ano anterior e que vão desenrolando,
664 seriam os serviços, que são os trabalhos que eles vão desenvolver. Então ali tem n trabalhos
665 como vocês têm aqui, Pastorini botou aqui assim. Tá, saímos do registro, aceitamos o
666 registro da secretaria, quando vocês forem entrar no projeto vocês vão poder ter quatro,
667 cinco, seis desses serviços aqui captando na mesma época ou não? **Sra. Elisiane Silva de**
668 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Não, não, isso é outra coisa. Aí é projeto,
669 aí a FASC pode ter, desculpa, eu entendo assim, vamos pegar na FASC tá, eu acho que nós
670 estamos com problema ali só na nomenclatura, serviço, projeto e programa, que nós não
671 estamos definindo. FASC tem, hoje de manhã nós comentávamos isso na Câmara de
672 Análise de Projeto, a FASC. Vamos pegar a FASC, tem quantos programas com
673 atendimento a idoso Graça hoje? **Sra. Maria da Graça Furtado (FASC/Titular)** –
674 Específico? **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** –
675 Específico a idoso. **Sra. Maria da Graça Furtado (FASC/Titular)** – Exclusivo? **Sra.**
676 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Quantos Graça, questões
677 têm? **Sra. Maria da Graça Furtado (FASC/Titular)** – Hoje basicamente, super
678 exclusivo, três. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** –
679 Três. Que já estão registrados, os serviços da FASC que são os três que pode falar: é a Casa
680 Lar. **Sra. Maria da Graça Furtado (FASC/Titular)** – Serviço de convivência, Casa Lar e
681 centro-dia do idoso. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)**
682 – Ok. Eles têm três? **Sra. Maria da Graça Furtado (FASC/Titular)** – Estão registrados
683 aqui Lúcia. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Sim,
684 eles já estão registrados os três programas. A diferença, o que é que, eu quero entender uma
685 coisa da Câmara, o que é que vocês pensaram? Vocês pensaram em registrar só dois
686 programas, sendo que a FASC tem três? Ou vocês pensaram da FASC poder apresentar
687 para esses três programas só dois projetos? O que é que vocês pensaram? Calma, deixa só
688 eu entender como é que foi. **Sr. Roberto Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal da**
689 **Saúde/Titular)** – A ideia não é objetivar e buscar uma solução? **Sra. Elisiane Silva de**
690 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Sim. **Sr. Roberto Rodrigues da Silva**
691 **(Secretaria Municipal da Saúde/Titular)** – Por isso mesmo, eu queria esclarecer uma
692 coisa. O que é que eu entendi aqui? Roberto da Saúde. Nós estamos na seção 2 do registro
693 das entidades governamentais, eu entendo, e eu acho que não vai nem a média, difícil,
694 porque é uma leitura diferente, de que as entidades governamentais poderão, não é poderão,
695 deverão inscrever todos os seus serviços, projetos e programas. Na discussão dos projetos
696 de captação eu farei uma petição e aí como eu falei, então a ideia é de que os eixos, nós do

697 COMUI temos obrigação de saber quais são esses programas, quais são os projetos, quais
698 são os serviços. Então eu acho que todos, em nível de registro. Depois projetos discutimos.
699 **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal dos Direitos Humanos/Titular)** –
700 Até sugiro escrever deverão inscrever programas e serviços. **Sr. José Paulo Giacomoni**
701 **(Secretaria Municipal dos Esportes/Titular)** – Eu estava inscrito. Só quero pegar uma
702 sequência lógica, é claro que tem entidades não governamentais aqui, talvez que não
703 entendam do processo. Nós fizemos, esporte fez a sua apresentação na semana retrasada e
704 vocês viram que ali tinha o quê? Um programa que chama de bem com a vida. O que é que
705 tem ali? Tem jogos no Ginásio Tesourinha, tem um ciclo de palestras no mês de outubro,
706 isso é o programa de bem com a vida. Mas vocês viram dezenas e dezenas de ações que a
707 secretaria faz em Porto Alegre, em toda cidade, em quase todas as regiões. Aquilo ali são o
708 que, são nossos serviços. Então como disse o Roberto agora. Enquanto sociedade
709 governamental, tudo que foi lançado no plano municipal do idoso relacionar as nossas
710 ações para o conselho ter o mapa, assim como a gente quer e aspira que esse sonho do
711 Pastorini aqui também é o meu, quer dizer, as instituições privadas que atendam o idoso,
712 também a gente tem que ter um espaço de registro aqui dentro, e eu não sei como vai
713 aparecer aí nessa primeira da plenária, mas eu acredito que nós temos que lançar também,
714 porque tem que saber o pulso, como pulsa o idoso nessa nossa cidade, não só naquele que a
715 entidade é referente, eu quero saber de todos, onde é que tá esse idoso de Porto Alegre. Eu
716 acho que nós temos obrigação. É isso, então finalizando, a entidade governamental não tem
717 que poderão se inscrever, nós temos obrigação de apresentar para vocês os projetos, os seus
718 projetos e os seus serviços a esse conselho normalmente, fazendo um relatório da sua
719 função do ano anterior e o seu plano de trabalho para 2016, que isso vai lá no orçamento.
720 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Só um minutinho.
721 Temos três pessoas inscritas: Pastorini, a Graça e a Eleonora. **Sra. Eleonora Kehles**
722 **Spinato (ASMOJI/Titular)** – Eu acho que tem várias coisas aqui que a gente tem que
723 conversar. Primeiro a Graça me disse, eu tento dizer que por trás disso tem alguma coisa.
724 Por trás disso tem uma questão que é obrigação do conselho, que é o idoso, e é nós também
725 fiscalizarmos e que a prefeitura também tenha políticas para esse idoso. Não tem por trás de
726 alguma intenção de criticar os governamentais, ou tá cerceando os governamentais, vocês
727 estão achando isso, nós não fazemos isso, nós não estamos achando isso. Nós estamos
728 colocando que o município tem que ter políticas, e por isso me surpreende o Pastorini,
729 vamos dizer assim, se não registrar não podemos fazer. Por que é que não? Cadê a política?
730 Não vai fazer? E tu não tem política para isso? **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria**
731 **Municipal dos Direitos Humanos/Titular)** – Se não conseguir inscrever na inscrição
732 conselho que é a instituição do idoso no município. **Sra. Eleonora Kehles Spinato**
733 **(ASMOJI/Titular)** – E outra, se tu não inscrever, tu pode precisar política. **Sr. Wilson**
734 **Abascal Pastorini (Secretaria Municipal dos Direitos Humanos/Titular)** –
735 Independente do conselho. **Sra. Eleonora Kehles Spinato (ASMOJI/Titular)** – Mas olha
736 aqui Pastorini, em todas as outras secretarias que não estão aqui, que não inscreveram seus
737 programas ou serviços, não tem uma secretaria, eu não posso afirmar que ela não tem
738 nenhuma política para, mas eu não vou dizer que ela não tenha trabalho com idoso, não
739 posso dizer isso. Poderão, o estatuto diz muito claro. Ficam sujeitas à inscrição os seus
740 programas aqui. Continuando no estatuto, então tem em cada programa inscrito, cada
741 serviço, ele tem que apresentar seu plano de trabalho compatível, e mais ainda, mais
742 adiante disso, que o conselho deve fiscalizar as entidades governamentais. E se elas não
743 cumprirem o que tá ali, ela pode ter advertência, tudo isso e nós também estamos colocando

744 ali. Enquanto eu colocar, eu também acho que a secretaria pode registrar projeto, se eu não
745 quero ter um programa, se eu não quero ter um serviço, eu quero ter um projeto, eu posso
746 registrar esse projeto. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)**
747 – Eu acho que assim. Mas já deu problema, não deu? **Sr. Luis Henrique** – Eu acho que
748 não. **Sra. Eleonora Kehles Spinato (ASMOJI/Titular)** – Outra coisa, quando fala nas
749 privadas a gente colocou assim não ficar registrando as privadas, só que a gente já se atenta
750 da privada que ela não emite. É isso que eu ia lembrar, quando tu diz assim que o marco é
751 só, não é para o registro, hoje nós buscamos informação, então desentruva o registro sim, é
752 uma questão que nós temos que colocar em sintonia com o marco, não foi isso? **Sra. Ana**
753 **Paula Mendes Matos (Banco de Alimentos do RS/Suplente)** – Ele sugeriu até que a
754 gente colocasse, que aí nós consultamos na UPEL. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque**
755 **(Asilo Padre Cacique/Titular)** – Oh Ana, a Graça tá inscrita. Mas a Graça tá inscrita. **Sra.**
756 **Eleonora Kehles Spinato (ASMOJI/Titular)** – Eu não vejo por que, a gente pode passar
757 para três, as não governamentais, nós também na hora podemos três para fazer, coloquem
758 quantos quiserem. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** –
759 Não, não, registra a Câmara de Projetos. Deixa só eu ler um trecho do estatuto Graça antes
760 de tu falar, deixa só eu ler um texto. Capítulo 2. Das entidades de atendimento a idoso.
761 Artigo 48 – As entidades de atendimento a idoso são responsáveis pela manutenção das
762 próprias unidades, observadas as normas de planejamento e execução. Emanadas do órgão
763 competente da Política Nacional do Idoso, conforme a Lei nº 8.842/1994. Agora gente
764 Parágrafo Único – As entidades governamentais e não governamentais de assistência ao
765 idoso ficam sujeitas a inscrição de seus programas junto ao órgão competente da vigilância
766 sanitária e do conselho municipal do idoso da pessoa idosa. E aí falta ao Conselho Estadual
767 ou Nacional da Pessoa Idosa, especificando os regimes de atendimento, observando-se os
768 seguintes. Depois tem os requisitos que o conselho tem que observar. Só que tá aqui no
769 estatuto. Os serviços eles têm que ser inscritos. **Sra. Maria da Graça Furtado**
770 **(FASC/Titular)** – Assim, me surpreende achar que dois são tão, o cerceamento, me
771 surpreende que achar que dois não é, isso me surpreende muito. É sim, porque lá na outra
772 não tem número, não tem número de inscrição. Todas as ações do plano municipal do idoso
773 deveriam estar inscritas, nós temos um plano municipal do idoso onde as secretarias têm
774 várias ações que foram aprovadas, que nós do governo fizemos questão que elas fossem
775 pautadas mensalmente aqui justamente para quê? Para o conselho ter conhecimento,
776 acompanhar, fiscalizar, para que, para colaborarem inclusive nesse debate, nós não
777 ficarmos sozinhos nesse debate. A sociedade civil está junto conosco promovendo,
778 contribuindo, debatendo, em todas as ações destinadas aos idosos. Então o que é importante
779 no momento que tá inscrito, nós temos maior poder de fiscalização, nós como proíbe. Se
780 está escrito, aí sim nós vamos questionar, como é que entra, quem é que faz o fluxo? Como
781 é que funciona isso? Aonde é que se faz esse encaminhamento? Por que é que não tem
782 transporte social para os idosos fazerem o tratamento lá na saúde, a gente tem que
783 conhecer. Por isso que tem que está escrito aqui e debatido, e poder acompanhar esse
784 trabalho. Então eu acho por que é que me estranhou, qual é o estranhamento, ele não tem
785 nenhum outro adjetivo que não seja esse, é por que ter um número, uma quantidade
786 justamente para o governamental e ele não precisava ter. Não tem que ter para nenhum,
787 quanto mais inscrições com todo processo de fiscalização, uma melhor para nós do
788 COMUI. **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal dos Direitos**
789 **Humanos/Titular)** – Mais fiel seria com todas. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque**
790 **(Asilo Padre Cacique/Titular)** – Agora tu já encerrou Graça? Pastorini estava inscrito. **Sr.**

791 **Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal dos Direitos Humanos/Titular)** – Tá,
792 vamos lá. A interpretação que se faz da situação. O registro, inscrição, registro, Luis
793 Henrique me ajuda, ele é meramente cadastral, ele não autoriza ninguém a receber recursos,
794 ele é meramente cadastral, é para registrar tudo, tudo, sem exceção. Porque nós precisamos
795 quando consultados pelo Ministério Público, Defensoria Pública e outros entes de
796 fiscalização, instituição o que é que ela faz? Está aqui o rol de registros, programas e
797 projetos e etc. né, é meramente cadastral. E ali depois da instituição registrada é que sai o
798 atestado de pleno regular funcionamento. Fechou aí o registro, inscreve tudo que tem, seja
799 ela privada que vise lucro, instituição e empresa de casa de geriatria, empresa, aquela que
800 tem CPF, limitada como microempresa, não interessa, registramos aqui também. Agora que
801 tem o Marco Regulatório é posterior, o que é que o marco vai fazer? Vai se socorrer desse
802 registro e vai pedir informações complementares, requisitos complementares, aí se aplica o
803 marco. O registro traz isso, mas o marco que pediu mais isso, mas aí para fins de
804 contratação que a gente chama termo de fomento, termo de colaboração. E tem outro
805 detalhe, captação de recursos, projetos, não é esse projeto que tu falou aí, projeto de
806 captação de recursos é outra história, muito diferente, regulada por uma resolução aprovada
807 aqui dentro. São três situações completamente, embora interligadas, mas são diferentes.
808 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Exatamente, é isso
809 aí. Agora tem a Ana inscrita. **Sra. Ana Paula Mendes Matos (Banco de Alimentos do**
810 **RS/Suplente)** – Gente olha só, talvez o texto então, claro, a gente vai ter que modificar o
811 texto, a gente percebeu isso. Tem uma coisa assim, de novo né, a gente fez uma resolução
812 assim como a Câmara de Projetos vai fazer, a Comissão de Projetos vai fazer a resolução, a
813 gente vai discutir aqui também né. Claro, isso é um momento que é necessário né. Até para
814 reconhecimento de a gente saber quantas vezes. Por exemplo, vou começar do princípio lá
815 da nossa luta. Quando a gente cria, quando a gente quis falar desses serviços e programas,
816 nós pesquisamos até porque o conceito de um é muito parecido com o outro. Um fala que
817 tem que ter, por exemplo, os programas, eles trazem muito que a gente tem que ter a
818 programação, todo serviço que tá inscrito aqui tem que ter a programação direitinho ali:
819 olha só, hoje eu vou fazer tal, isso com o idoso, amanhã vou fazer aquilo. A rotina, exato.
820 Então por isso o que é que a gente pensou na política, para vocês entenderem qual era a
821 nossa ideia. A nossa ideia era que a gente não ultrapassasse o que a gente segue lá na
822 sociedade civil que é a questão dos projetos. Talvez a gente tenha pensado lá na frente
823 então. Então o que é que acontece, mas tem uma coisa aí também né, quando a gente foi
824 também tirando as dúvidas sobre isso, a gente se deu conta que tem a questão dos repasses
825 de verba então, então a gente ficou com algumas dúvidas, então o pessoal da UPEL sugeriu
826 que a gente entrasse com um SEI, um pedido de esclarecimento jurídico na PGM para ver,
827 para tirar algumas dúvidas com relação ao que vem depois. Mas eu acho que aí pensando
828 assim. Eu, qual era a nossa ideia então? Era pensar no depois também, a gente colocou a
829 carroça na frente dos bois. Mas o que é que a gente sugere? Que vocês pensem isso lá na
830 resolução de projetos, porque é uma coisa que tem que tá previsto lá, e a gente pode usar lá
831 também. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Obrigada
832 Ana. Giacomoni. **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal dos**
833 **Esportes/Titular)** – Vou ser um pouco redundante pessoal. Eu quero fazer só um
834 encaminhamento. Eu acho que ali olha, o Artigo 5º diz: as entidades governamentais não é
835 poderão inscrever. 2- Deverão apresentar. **Sr. Luis Henrique** – Deverão. **Sr. José Paulo**
836 **Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes/Titular)** – Eu não concluí presidente.
837 Então é o seguinte, ele diz que somos nós as entidades governamentais a gente tem

838 obrigação de prestar esclarecimentos para a sociedade civil do que é que a gente faz, tem
839 que apresentar todos os projetos. Com relação a fundo de reserva, o percentual, o projeto,
840 isso é outro segmento. Agora é só inscrição, nós temos obrigação com a sociedade
841 apresentar isso, vocês ficaram, se admiraram quando veio todo conteúdo da Secretaria de
842 Esportes com relação ao que a gente... Deixa eu concluí. Eu escutei pessoas admiradas pela
843 quantidade de volumes e de atividades que a Secretaria de Esporte fazia em Porto Alegre, a
844 gente fazia muito mais, muito mais. A gente vem suprimindo por falta de recurso na
845 Secretaria de Esportes. E essa falta de recursos humanos melhora as posições que tu mesmo
846 tentaste fazer um tempo atrás e é a falta de recursos humanos, então vocês na sociedade
847 governamentais e não governamentais, vão ter o espelho do que é que aconteceu e do que é
848 que está acontecendo com a política pública. Então é importante a transparência para vocês
849 todos. Então é uma coisa assim, eu sou representante governamental do esporte, mas eu
850 tenho que deixar claro, apresentar tudo mesmo, e é toda secretaria do âmbito municipal do
851 idoso, foi elaborado com tanto carinho, lá tem todas as 16 secretarias naquela oportunidade,
852 tem conteúdos, um monte de conteúdos que a gente tem que conhecer mesmo, não conheço
853 todas as secretarias, então é oportunismo. Com relação a como é que vai ser o número de
854 projetos, a grana, etc., isso é depois, agora é só para alterar também no Artigo 6º ali. **Sra.**
855 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Assim olha, esse
856 conselho é o Conselho Municipal do Idoso, apesar de a presidente ter 34 anos, mas é o
857 Conselho Municipal do Idoso. E aí eu acho que não existe pessoa que veste mais a camisa
858 do que eu para o idoso, mas vamos lá. Sim, o Conselho Municipal do Idoso todos, tudo que
859 trabalha com idoso é um sonho que seja registrado aqui, sendo do governo ou não, sendo
860 do governo ou não. Sendo privado ou não. São trabalhos com idosos, exato que o conselho
861 tem o dever de fiscalizar para saber se tá funcionando e se não tá funcionando. Por
862 consequência ou azar, o COMUI gere o fundo, então uma coisa nós temos que diferenciar
863 do outro, o que é registro e essa pessoa ela vai se registrar, as privadas também têm que se
864 registrar. Outra coisa nós temos que ver, quem poderá entrar com projetos, mas esta é uma
865 outra etapa numa outra resolução que nós já estamos discutindo. Por isso que eu pedi
866 esclarecimento das gurias no início, porque eu tinha certeza que tinha uma nomenclatura ali
867 que não estava bem, vocês estavam falando, agora a Lúcia falou, e a Ana também disse, era
868 sobre projetos né dessas entidades entrarem sobre projetos. Foi o que ela disse Eleonora, foi
869 que ela falou. Então neste momento aqui é registro, projeto é posterior. Nós já discutimos
870 isso hoje lá na resolução quantos, a FASC pode ter 10 programas, mas uma resolução vai
871 dizer quantos projetos a FASC vai poder entrar, nós já estávamos discutindo isso lá né
872 gurias? Isso daí é lá no projeto, nós já estamos fazendo, vai vir também para o pleno aqui.
873 Isto, a Câmara de Análise de Projeto referente também ao FUMID, com recursos livre do
874 fundo, também nós vamos fazer que nem vocês, nós vamos buscar pesquisa, nós vamos
875 pesquisar, vamos conversar com os órgãos competentes para deixar tudo claro. Por que é
876 que tá dando essa confusão? Nunca foi se feito uma resolução do conselho assim com todos
877 esses parâmetros. Nós nos baseávamos nas resoluções do Conselho da Criança, mas não
878 tínhamos nada escrito. Então hoje nós estamos tornando isso tudo claro através de
879 resolução, para dar sequência neste trabalho que nunca anterior foi feito. Para tornar
880 legítimo, para ter legitimidade nas nossas ações feitas aqui no conselho. Essa discussão
881 ninguém pensa igual, todo mundo pensa um diferente do outro, e ela é importante nós
882 fazermos. Eu acho que nós estamos dando um grande avanço hoje, a gente já se viu, que
883 tinha alguma nomenclatura ali que traga registro, projeto, é uma outra ocasião. Projeto é lá
884 na Câmara de Análise de Projeto, nós vamos discutir, vocês vão sugerir, e claro, o conselho

885 pleno ele é superior e soberano a tudo. Aqui que nós vamos decidir. **Sra. Eleonora Kehles**
886 **Spinato (ASMOJI/Titular)** – Elisiane sobre o fundo, nós vamos discutir no pleno, numa
887 outra comissão, uma outra comissão para isso? Sobre o fundo. Uma coisa é análise de
888 projeto, aqui vocês vão analisar e como entrar os projetos, fazer a resolução. Agora de
889 como captar no fundo, quem pode captar capital é outra coisa, nós vamos formar uma outra
890 para discutir? **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** –
891 Tanto do projeto, a gente, mas só um minutinho. Tanto o projeto, quanto o fundo, é tudo
892 gerido lá por aquela comissão, nós não temos Comissão de Política hoje, nem de Finanças.
893 Não existem essas duas comissões. Então ou a Câmara de Projeto vai discutir sim sobre o
894 fundo, mas a Câmara de Análise de Projeto ela não resolve nada, ela não decide nada e não
895 aprova nada, ela simplesmente vai propor e vai trazer para cá. Como sempre fez, entendeu?
896 Nós vamos analisar, estamos com base lá no CMDCA, e o Luis tá conosco na Câmara.
897 Estamos analisando tudo, posterior nós vamos trazer para cá. Eu até queria um
898 esclarecimento Luis, assim, se foi, se essa resolução aí foi baseada no CMDCA do registro,
899 e existia sim essa extinção só de dois programas ou o que é que foi isso? Não? **Sr. Luis**
900 **Henrique** – Vou esclarecer então. Lá no CMDCA se inscreve serviço, programas e
901 projetos no início. Independentemente. Só que também lá no CMDCA e vocês a princípio
902 também estão pretendendo fazer aqui no COMUI, quando for registro de entidades
903 governamentais, se inscreve tudo que ela tem, mas quando for projeto para captação de
904 recurso a gente vai sim, aí vocês vão limitar alguns projetos. **Sra. Elisiane Silva de**
905 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Eu não entendi se não é projeto. **Sr. Luis**
906 **Henrique** – E os projetos são aqueles que são ou para captar ou para não captar. **Sra.**
907 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Então minha entidade
908 do governo, vamos supor assim, a FASC, a FASC, ah, eu quero fazer um projeto, mas não
909 com os meus serviços, ela pode entrar com projeto assim? **Sr. Luis Henrique** – Pode, ela
910 pode dizer o que é que ela vai fazer com o idoso. Mas isso não quer dizer que a FASC vai
911 entrar com o projeto só para gastar recurso, não, ela vai primeiro ela vai inscrever esse
912 projeto, dizer quem que programou. Aí se ela quiser captar, vocês vão dizer assim: uma
913 entidade governamental só pode três projetos. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**
914 **Padre Cacique/Titular)** – Só um minutinho aqui. Tem a Maria da Graça. Surgiu o assunto
915 a gente tem que esclarecer. Tem a Graça e tem o Pastorini ainda para falar, e tu termina,
916 pode ser Lúcia? Maria da Graça da FASC. **Sra. Maria da Graça Furtado (FASC/Titular)**
917 – Nós estamos analisando e não é confusão, eu outorgo essa palavra, eu acho que é um
918 espaço democrático do nosso trabalho, o nosso trabalho. Muito bem, a primeira coisa. **Sr.**
919 **Luis Henrique** – As câmaras estão interagindo entre elas agora. **Sra. Maria da Graça**
920 **Furtado (FASC/Titular)** – Isso faz parte. Ninguém vai brigar, ninguém tá brigando, nós
921 estamos discutindo e estranhando determinados conceitos. Primeira coisa, esse documento
922 é de registro no COMUI, quais são os documentos, quais são os critérios, quais são os
923 requisitos de registro? Entidades governamentais, nós temos o dever de registrar tudo que a
924 gente faz nas secretarias e departamentos de serviços destinados a população idosa que tá
925 no plano municipal do idoso. Se nós alcançarmos o registro de tudo que tá no plano, é um
926 sucesso para o COMUI. Acho bárbaro. A FASC hoje tem três serviços contínuos que estão
927 na tipificação nacional de assistência social, que a tipificação que regulamenta todos os
928 serviços socioassistenciais no Brasil, tá lá registrado na tipificação. Serviço de convivência,
929 centro-dia e Casa Lar, tá faltando ainda o que nós não conversamos. Estão registrados aqui,
930 a Comissão de Projeto que tem a competência sim de analisar a captação, o projeto, todos
931 os projetos que temos aqui, temos que acatar, é isso que a gente faz no trabalho. Se a FASC

932 ou a SMRI ou a saúde quiser uma captação de alguma melhoria, tem que ser em cima do
933 serviço que tá registrado. Por exemplo, Casa Lar do Idoso, tá registrado no COMUI? Tá.
934 Foi feita a visita? Foi. Os idosos estão sendo atendidos? Estão, são 24 idosos moradores de
935 rua que moram lá na Casa Lar do Calábria, é uma parceria. Enfim, querem comprar uma
936 máquina de lavar roupa para não sei o que, para entrar como projeto de captação, a Câmara
937 de Análise foi analisar. Mas ela vai se basear no serviço que tá registrado, ela não vai criar
938 uma outra coisa, quer comprar um carro para não sei o que, não, é dentro do serviço que já
939 tem registro. Então esse, o meu estranhamento é a quantidade 2 no documento de registro,
940 nada a ver com captação e com Fundo do Idoso e outra coisa qualquer, isso é outro caso.
941 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Mas isso a gente já
942 venceu. É o Pastorini agora. **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal dos**
943 **Direitos Humanos/Titular)** – É rapidinho, é rapidinho. Olha a proposta já direta. Primeiro:
944 entidades governamentais estarão sujeitas a esclarecer os programas, serviços. A turma da
945 nossa UPEL ela se confunde, a nossa turma da UPEL se confunde porque no orçamento
946 municipal tá escrito assim: projeto/atividade, suprime o projeto e põe atividade. Porque é
947 uma atividade que vocês estão inventando, não é um projeto. Se ela quis para o lado da
948 criança e adolescente é uma terminologia, não adianta, é projeto, é atividade, etc. Eu
949 deixaria só programas na ordem hierárquica, programas, depois serviços. Pronto, acabou.
950 Projeto, atividade. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** –
951 Até mesmo porque quando chegar na comissão de projetos se não tiver o serviço registrado,
952 não vai passar. Então a Lúcia encerra então. **Sra. Lúcia Helena Bastos Maschke**
953 **(Associação Ferroviários Riograndense/Titular)** – Eu vou sugerir o seguinte, a gente faz
954 apelos inclusive no Estatuto do Idoso. As entidades governamentais ficam sujeitas a
955 inscrição de seus programas a serem desenvolvidos com os idosos do município de Porto
956 Alegre. É o que diz o Estatuto do Idoso. **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria**
957 **Municipal dos Direitos Humanos/Titular)** – Nós não estamos superando o estatuto, nós
958 temos que esclarecer. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)**
959 – Repete aí Lúcia. **Sra. Lúcia Helena Bastos Maschke (Associação Ferroviários**
960 **Riograndense/Titular)** – As entidades governamentais ficam sujeitas a inscrição de seus
961 programas a serem desenvolvidos com os idosos no município de Porto Alegre. Eu estou
962 entendendo aqui que quando eles dizem assim: sujeitos a inscrição, eles estão tipo dizendo
963 assim: as secretarias têm que inscrever amplamente. **Sr. Luis Henrique** – Gente posso
964 fazer um parêntese aqui? É o que o Pastorini falou a palavra projetos. Vocês sabiam que
965 essa palavra projeto tá na resolução do CMDCA e tá dando essa confusão que vocês estão
966 fazendo aqui agora? E já estão pensando em tirar essa palavra projeto. Então se a gente tirar
967 a palavra projetos aqui e colocar só serviços e programas, não vai dar mais confusão. **Sra.**
968 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – É isso aí Luis. **Sr. Luis**
969 **Henrique** – E aí não adianta tá à frente do CMDCA. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque**
970 **(Asilo Padre Cacique/Titular)** – Então a gente pode fazer, o que é que vocês acham,
971 deixamos serviços e programas ou só serviços? É isso, de consenso de todos? **Sr. José**
972 **Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes/Titular)** – Até uma questão de
973 semântica, aí é interessante colocar e/ou, porque nem sempre tem encaixando serviço com
974 programa, é só o serviço. **Sra. Lúcia Helena Bastos Maschke (Associação Ferroviários**
975 **Riograndense/Titular)** – Para encerrar aqui, quando a gente montou isso aqui, a gente
976 pediu o apoio do Luis, e nós utilizamos muito junto com o Luis, nós utilizamos muito as
977 instruções existentes lá no CMDCA. Deve ter saído, não foi em vão, não foi nada, houve
978 até uma situação que nós entendemos aqui como Câmara de Registros que ele estava

979 querendo fazer uma resolução onde tivesse registro e projetos juntos. Agora recordando
980 coisa, vendo que a gente tá há quase um ano estudando isso, essas conclusões ficaram,
981 tanto que se vocês olharem a primeira parte que é a inscrição das não governamentais, não
982 fala em nada disso.

983 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Tá ok? Tudo
984 esclarecido? Tudo pelo idoso? Nada pelo FUMID? Então tá beleza, vamos lá. Então vamos
985 acrescentar, vamos seguir lá, vamos partir do sexto. Ok, vamos dar seguimento então?
986 Lembramos que estamos em reunião. **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal**
987 **dos Esportes/Titular)** – Sim, todas as entidades públicas, todas as entidades públicas
988 desenvolvem atividades com idosos, elas não fazem parte do COMUI, ela só tem que trazer
989 a sua programação, o registro, é trazer a programação. **Sra. Elisiane Silva de**
990 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Calma aí, só um minutinho, a gente já
991 trocou de assunto. Não, nós estamos ali. Calma, tem que se apresentar, não dá para todo
992 mundo falar. Giacomoni fala, o que é que tu queres? **Sr. José Paulo Giacomoni**
993 **(Secretaria Municipal dos Esportes/Titular)** – Eu vou repetir, porque estava acontecendo
994 assunto paralelo aqui, e a gente tá colocando todas as entidades públicas ou entidades
995 governamentais, elas têm que desenvolvem programa ou serviço com idoso de Porto
996 Alegre, automaticamente elas fazem parte, como é que ela vai se expor, vai apresentar o seu
997 plano de gestão que desenvolveu em 2016 e que vai fazer em 2017, é isso que a gente tá
998 esperando há muito tempo. A coordenadoria tem agora, provavelmente a coordenadoria
999 tem um programa agora que vai acontecer no mês de outubro, automaticamente isso é um
1000 programa que foi feito o ano passado, e tem programa para esse ano. E as outras ações que
1001 faz com todas as entidades. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
1002 **Cacique/Titular)** – Maria da Graça. **Sra. Maria da Graça Furtado (FASC/Titular)** – É
1003 isso que eu queria ainda nesse assunto. Pastorini, a secretaria já conselheiras, já estão
1004 inscritas automaticamente, as secretarias, elas fazem a inscrição do serviço. E as que não
1005 são conselheiras? Mas volto a perguntar, a tua secretaria, qual é a secretaria? **Sr. Wilson**
1006 **Abascal Pastorini (Secretaria Municipal dos Direitos Humanos/Titular)** –
1007 Desenvolvimento Social. **Sra. Maria da Graça Furtado (FASC/Titular)** – Ela está já
1008 automaticamente inscrita aqui. **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal dos**
1009 **Direitos Humanos/Titular)** – Não, ela é secretaria nova. **Sra. Maria da Graça Furtado**
1010 **(FASC/Titular)** – Ela é uma secretaria nova, ok. Este serviço que é feito, essa atividade
1011 mesmo do idoso, ela não tem que ser inscrita aqui nesse serviço? **Sr. Wilson Abascal**
1012 **Pastorini (Secretaria Municipal dos Direitos Humanos/Titular)** – O mesmo idoso eu
1013 considero um projeto, não um serviço, nem é um programa, ele é um projeto, ele tá no
1014 calendário oficial do município. Ele não chega nem a ser um serviço, ele é um projeto
1015 pontual. **Sra. Maria da Graça Furtado (FASC/Titular)** – Não, sabe por que minha
1016 dúvida, eu acho, porque eu acho que todas as ações e projetos que estão no plano municipal
1017 do idoso tinha que tá escrito isso aqui. Independente se a secretaria é conselheira ou não.
1018 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Um exemplo é a
1019 EPTC, tem um belo trabalho e não está inscrito o serviço aqui. **Sr. Wilson Abascal**
1020 **Pastorini (Secretaria Municipal dos Direitos Humanos/Titular)** – A EPTC poderia se
1021 inscrever através, não sei se existe ainda a Secretaria Municipal de Transporte, secretaria
1022 vinculada a ela. Poderia se registrar aqui e fazer e inscrever sobre programas. Agora nós
1023 temos o mesmo do idoso, que nós vamos fazer uma convocação com vocês. Não é um
1024 projeto, não é um programa, não é nem uma atividade que a gente todo ano organiza,
1025 diferente daqueles programas e atividades que a gente chama de ação continuada, que é o

1026 ano todo. São esses programas e serviços que tem que ser inscrito aqui. Projetos sazonais e
1027 pontuais, isso aí não. **Sra. Maria da Graça Furtado (FASC/Titular)** – Não, é que assim,
1028 a minha pergunta o exemplo, eu quero saber... **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria**
1029 **Municipal dos Direitos Humanos/Titular)** – Pegar o plano do idoso, por exemplo. Ele é
1030 diverso né, cada secretaria executora do plano do idoso tem que vim aqui registrar. **Sra.**
1031 **Maria da Graça Furtado (FASC/Titular)** – Alguns anos atrás já liberou dinheiro para o
1032 mês do idoso. **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal dos Direitos**
1033 **Humanos/Titular)** – Mas aí é um projeto, é outra coisa, o foro é legítimo. Nós vamos vim
1034 aqui com um projetinho, apresentar e pedir dinheiro do fundo. **Sra. Maria da Graça**
1035 **Furtado (FASC/Titular)** – Por isso que tem que tá escrito aqui, é isso que eu estou
1036 dizendo. **Sr. Silvio Leal (SMDSE/DIRDH/CMPI)** – Quando tu perguntou sobre, a
1037 secretaria não registrou. **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal dos**
1038 **Direitos Humanos/Titular)** – A visão é esta, a instituição que tem que fazer a inscrição
1039 aqui é a secretaria, é a secretaria. Vou pegar o exemplo do idoso, a Secretaria do
1040 Desenvolvimento Social tem a inscrição aqui, tem seus programas registrados, não vou
1041 saber dizer quais, tem suas ações no COMUI. Na Coordenadoria do Idoso nós temos uma
1042 lei municipal agora de fevereiro que traz a do mês do idoso, que não diz, que não determina
1043 quem é o responsável, nós buscamos esse ano graças ao Silvio, se o Silvio não puxasse, eu
1044 não ia puxar. E ele com toda boa vontade, de todo o seu trabalho que ele tá fazendo aqui,
1045 ele está fazendo isso. E ainda na reunião eu conversando com o Luis, olha, faz uma
1046 abertura, faz com encerramento. Eu através do Silvio, coordenado pelo Silvio, comandado
1047 pelo Silvio nós vamos fazer uma norma, porque é ele que puxou isso daí. Mas esse do mês
1048 do idoso tá no calendário, o município tem que fazer. Bom, nós puxamos a
1049 responsabilidade esse ano para nós, podemos seguir no ano seguinte e nos anos posteriores.
1050 Mas serão projetos sazonais, vai vim, nós queremos dinheiro para idoso, do Fundo do
1051 Idoso, nós vamos apresentar um projeto, procurar um projeto para o mês do idoso e
1052 pedindo determinados valores para o mês do idoso, captando. Ou não, ou do fundo normal,
1053 como vocês chamam, fundo de reserva, ou no fundo de reserva, tanto faz. **Sra. Eleonora**
1054 **Kehles Spinato (ASMOJI/Titular)** – Mas Pastorini essa questão do mês do idoso é lei né?
1055 **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal dos Direitos Humanos/Titular)** –
1056 É lei sim. De 14 de fevereiro de 2017. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
1057 **Cacique/Titular)** – Eleonora e Pastorini, vocês não esqueçam que nós estamos em reunião
1058 e tem que se identificar. Que vocês vão falando assim. **Sra. Eleonora Kehles Spinato**
1059 **(ASMOJI/Titular)** – Eu ia sugerir que se transformasse num programa, do time da
1060 secretaria. **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal dos Direitos**
1061 **Humanos/Titular)** – Pode sair atividade, acho que a Eleonora tem razão, pode sair daqui.
1062 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Tá, então assim
1063 olha, o Silvio tá aqui para falar sobre o mês do idoso. Se todos, nós podemos parar no
1064 Artigo 5º, se for um artigo pela plenária nós estamos enrolados. Mas assim olha, o Artigo 6º
1065 então continuamos na próxima semana, mas daí nós vamos especificar um tempo. Um
1066 tempo para resolução, porque a gente tem mais coisas para falar. Tá bom? Então vocês
1067 concordam de a gente terminar aqui, e a próxima semana nós damos seguimento. Tá ok
1068 comissão? Tudo resolvido, a questão dos projetos, programas e serviços, esclarecidos?
1069 Então tá. **Sr. Luis Henrique** – Só para concluir, como foi colocado no Artigo 5º programas
1070 e/ou serviços, a gente tem todos, até programas e/ou serviços, programas e/ou serviços.
1071 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Tá beleza. Oh Luis
1072 faz favor, então tu só vai passar este daí atualizado para nós? Pode ser? Tá, obrigada. Então

1073 vamos passar a palavra para o nosso amigo Silvio. Primeiro assim, que bom te ver de volta
1074 no Conselho do Idoso, o senhor faz uma falta aqui, nós gostamos muito do teu trabalho, e o
1075 Conselho do Idoso gostaria muito, já que o Pastorini tá aqui, gostaria muito que o senhor
1076 voltasse também. Com a palavra Silvio. **Sr. Silvio Leal (SMDSE/DIRDH/CMPI)** – Na
1077 verdade o conselho é uma estação. Quem gosta desse trabalho continua com a gente. Na
1078 verdade assim, eu pedi para a gente poder apresentar a proposta. O mês do idoso, como
1079 todo mundo sabe a dificuldade financeira é muito grande, a gente não tem dinheiro para
1080 fazer. Então nós estamos tentando fazer com aquilo que a gente tem. A ideia é fazer a partir
1081 do dia 1º, teve uma ação que vai acontecer, atividade toda do idoso dentro da programação
1082 dos idosos. E depois a gente continua, então a partir do dia 02 até o dia 31 com atividades,
1083 atividade das entidades e que este conselho tá sendo parceiro. Com o conselho, com
1084 associações, entidades, a gente tá buscando lá. Então dia 02 de outubro fazer a abertura
1085 oficial, a proposta da secretária é fazer um novo, o prefeito vai fazer a abertura oficial, vai
1086 sair os convites a partir da secretaria para todas aquelas pessoas que vão estar lá no dia
1087 dessa apresentação. Vai haver uma apresentação das políticas da secretaria, e com a
1088 atividade com o prefeito, seria essa a abertura oficial. Nós tínhamos pensado no início fazer
1089 a caminhada do idoso, fazer no dia 03, mas também inviabiliza em função porque a gente
1090 ainda não tem estrutura, não tem estrutura de ônibus, não tem estrutura de som, nós
1091 estamos tentando viabilizar isso para o final do mês. Então dia 03 que seria a caminhada a
1092 gente não vai fazer. A proposta é que a gente faça no dia 30, em vez de fazer na abertura, a
1093 gente fazer no encerramento. E se Deus ajudar que a gente consiga o dinheiro. Então essa é
1094 a ideia, fazer do dia 02 ao dia 31 com atividades. No dia 31 seria então o encerramento com
1095 o ponto de cidadania, que estariam envolvidas todas as entidades que prestam serviço, que
1096 fez o ano passado, seria o ponto de cidadania, com todas as entidades que prestam trabalho
1097 para o idoso e algum tipo de serviço para o idoso. Essas duas atividades da coordenadoria,
1098 depois têm várias outras atividades que são parcerias. Tem uma atividade que até o
1099 Pastorini vai falar sobre isso, que é a frente que foi provocada a partir da frente com o
1100 conselho, que a secretaria também tá juntando parceria. Então o que é que a gente precisa
1101 saber? É ter o mote dessa reunião que vai acontecer da frente com a coordenadoria. **Sr.**
1102 **Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal dos Direitos Humanos/Titular)** –
1103 Conversei com o André hoje de manhã, que a gente quer participar com uma promoção no
1104 conselho dentro da Frente Parlamentar do Idoso. E aí o André me propôs o seguinte:
1105 Pastorini define o tema e vocês junto com o conselho define o tema, manda para mim e eles
1106 vão fazer no plenáriozinho a reunião da frente dia 06 de outubro as 9h30. Então o conselho
1107 vai puxar a reunião da Frente Parlamentar do Idoso, e o André pediu para sugerir um tema.
1108 E o tema que eu vejo que tá mais presente aqui e que tá um gargalo, é um problema que a
1109 gente tá enfrentando agora atual, é a violência aquela mascarada contra o idoso, no
1110 PROCON, é o cartão de crédito, é o empréstimo no banco, é toda essa violência mascarada.
1111 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – A gente poderia
1112 propor da rede de atendimento. Que não tá funcionando, a Rede de Atendimento ao Idoso
1113 de Porto Alegre não funciona. **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal dos**
1114 **Direitos Humanos/Titular)** – Sim, pode ser uma proposta. **Sra. Elisiane Silva de**
1115 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Por causa que os direitos também vai ser
1116 lá na Câmara dos Vereadores do dia 25 ao dia 27, não sei certo a data ainda. Entre o
1117 PROCON e o Conselho do Idoso. É o do CODECON. Ah é da violência, desculpa, que o
1118 senhor falou em cartão aí né. **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal dos**
1119 **Direitos Humanos/Titular)** – Eu estou falando cartão, mas uma violência também contra o

1120 idoso é a fila do banco, parece que não é, mas o idoso que vai sentar na fila do banco ele
1121 sofre, sentadinho coitado esperando. Na fila do banco, no ônibus, na própria casa dele,
1122 primeiro ele construiu toda a casa, constituiu a família e depois oferece um cantinho da casa
1123 para ele ficar naquele cantinho, e a família chega a fechar a porta para ele passar do lado da
1124 casa para não circular por dentro. Esse tipo de violência que a gente quer debater. **Sra.**
1125 **Eleonora Kehles Spinato (ASMOJI/Titular)** – Eu acho que a gente também não pode
1126 perder a oportunidade que vai tá na câmara com a Frente Parlamentar, de tentar garantir os
1127 direitos dos idosos que a gente tem, já está correndo o tempo, tem a questão do transporte,
1128 180 dias, mas tá lá na Câmara ainda né. Eu acho que é uma boa oportunidade também de a
1129 gente trazer esse tema, porque eles não retiraram esse projeto, tá lá parado só há 180 dias.
1130 **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal dos Direitos Humanos/Titular)** –
1131 Eu estou propondo um tema política, a discussão da política do idoso, da violência contra o
1132 idoso. Dentro desse tema que ele é abrangente, não sei, eu estou propondo um tema bem
1133 abrangente, onde a gente vai fazer durante duas horas e meia no máximo, um debate bem
1134 dinâmico sobre a violência mascarada, que é a violência invisível, que a gente sabe que é
1135 dentro de casa, é no ônibus, é na fila do banco, é na fila do SUS e etc. e etc. **Sra. Eleonora**
1136 **Kehles Spinato (ASMOJI/Titular)** – Eu só acho ruim tirar o encaminhamento da Câmara
1137 dos Vereadores e eles que são responsáveis também de criar uma lei, fiscalizar e a gente
1138 tem que trabalhar, porque não adianta a gente ir lá só discutir. **Sr. Wilson Abascal**
1139 **Pastorini (Secretaria Municipal dos Direitos Humanos/Titular)** – Ele pediu para nós
1140 propormos o tema. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** –
1141 A gente pode até explicar para os idosos, convidar os idosos e escutar eles. **Sr. Wilson**
1142 **Abascal Pastorini (Secretaria Municipal dos Direitos Humanos/Titular)** – O tema tem
1143 que ser proposto por nós, ou eles vão querer por um tema, a gente tem que prevê alguma
1144 coisa nesse sentido. Eu proponho uma discussão ampla sobre o que tá ocorrendo em toda
1145 cidade. Que é a violência invisível né, contra o idoso. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque**
1146 **(Asilo Padre Cacique/Titular)** – Maria da Graça. **Sra. Maria da Graça Furtado**
1147 **(FASC/Titular)** – Assim olha, esse tema da violência eu acho superimportante de a gente
1148 poder trabalhar, mas eu penso um pouco no lado oposto, em vez de violência, no
1149 protagonismo. Eu acho que pensar todas as nossas ações de toda rede governamental, não
1150 governamental, tudo, tudo. Nós desejamos que o idoso tenha capacidade de reconhecer as
1151 suas capacidades, ser o protagonista. **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal**
1152 **dos Direitos Humanos/Titular)** – É uma reunião que a frente se reúne todo mês, eles vão
1153 fazer esse encontro. Nós podemos provocar um seminário. **Sra. Maria da Graça Furtado**
1154 **(FASC/Titular)** – Eu acho assim, se é o mês do idoso e nosso na Câmara, eu acho que tem
1155 que ser voltado. **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal dos Direitos**
1156 **Humanos/Titular)** – Não, não, nós estamos falando é Frente Parlamentar. É uma reunião
1157 de duas horas. **Sr. Silvio Leal (SMDSE/DIRDH/CMPI)** – Não ver nada não quer dizer
1158 que ela não vai determinar o tempo, eu entendi. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque**
1159 **(Asilo Padre Cacique/Titular)** – Espera aí que o Silvio tinha pedido a palavra. **Sr. Silvio**
1160 **Leal (SMDSE/DIRDH/CMPI)** – Só para dizer que o protagonismo é importante, mas o
1161 protagonismo ele vai se dar definitivo sem violência. E na relação da frente, a frente
1162 compõe o que, junto com o conselho, estiveram aqui e já conversamos, nós como
1163 coordenadoria estamos entrando agora, nós precisamos agregar o nosso trabalho junto da
1164 questão do conselho e da frente, para discutir, não é um vereador parceiro, nós temos que
1165 ter vários. Porque na reunião lá tinha dois vereadores lá, cadê o resto? Os vereadores estão
1166 preocupados com as questões que devem está sendo discutidas, a questão da previdência lá

1167 que os deputados estão preocupados com os idosos, a previdência, tem a questão da saúde,
1168 é tudo. E aí se a gente não fazer com que esse pessoal que trabalha, vai depender deles fazer
1169 essa alteração, não sei, não vai provocar nada. Só para dizer que existe essa proposta, e o
1170 Pastorini colocou, que a gente discutiu lá, a nossa ideia é a gente fazer discussão. **Sr.**
1171 **Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal dos Direitos Humanos/Titular)** – Eu
1172 quero esclarecer melhor sobre a reunião, o fluxo da reunião. São duas horas no máximo,
1173 então cada um fala cinco minutos no máximo, o tema ele não tem, ele não é conclusivo, é
1174 só manifestações, não sai pelo menos nas últimas reuniões que eu tive, não sai nenhuma
1175 conclusão, nenhuma proposição, nada. É um debate rápido de duas horinhas ali, a Eleonora
1176 foi muito bem da outra vez que ela falou sobre o vale transporte, a segunda passagem, essas
1177 coisas. Então é importante, porque isso também ela se enxerga em ver isso como uma
1178 violência contra o idoso. Então a proposta é essa, violência contra o idoso, vai falar o
1179 vereador, vai falar os representantes da mesa. Mas ninguém conclui nada, não sai nenhuma
1180 deliberação dali. O que a Graça tá propondo eu entendi muito bem Graça, mas é um tema
1181 de seminário, o dia inteiro, e sai com uma proposição. Mas nesse momento é uma pequena
1182 reunião de uma breve reunião, cada um, uma audiência pública onde todo mundo fala e não
1183 sai nenhuma conclusão. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
1184 **Cacique/Titular)** – Tá ok. Aí então vai ter o seu Adão, depois é o senhor. Seu Adão. **Sr.**
1185 **Adão Alcides Zanandrea (Associação de Cegos Louis Braille/Titular)** – Eu acho que é
1186 importante o que estão colocando. Mas para isso tem que se preparar um esboço, não que
1187 fique lá fechado. Preparar transporte, mobilidade, saúde, trabalho, ocupação, contra a
1188 violência e elaborar um contexto, inclusive um folder para que se trabalhe lá. Porque eu
1189 participo há 50 anos desse movimento que vai lá, sempre, quase que sempre o mesmo
1190 grupo, pouca gente comparece. Então a importância do texto, cada um vai socializar, fazer,
1191 nós lá da ACELB fazer alguma divulgação com o idoso e de alguma entidade de fora. Fazer
1192 essa partilha, essa troca, elaborar um documento que este vai atingir. Porque senão vamos
1193 ficar só lá no evento, com políticos e tudo, Ministério Público quase sempre é o mesmo
1194 discurso de direito, poucos de deveres do sistema, é direitos, então elaborar esse documento
1195 para preparar o idoso antes, e depois distribuir, porque temos um mês, é importante que se
1196 faça um evento para marcar, chamar a imprensa. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque**
1197 **(Asilo Padre Cacique/Titular)** – Ok. Giacomoni. **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria**
1198 **Municipal dos Esportes/Titular)** – Eu queria que na minha proposta, porque assim olha, a
1199 violência a gente constata. Agora é importante que o idoso consiga estar preparado para não
1200 ser violentado. Então esse protagonismo, fortalecer o protagonismo, identificar os idosos
1201 que fortalecem com a sua postura ações que modificam a sociedade, sejam ouvidos nesse
1202 momento, é importantíssimo. Porque nós falarmos do cuidado que tem que ter com o idoso
1203 é uma situação, agora ele ser o protagonista, mas fortalecer, apresentar os idosos que estão
1204 em destaque nas instituições públicas, nas instituições privadas, como é que eles estão se
1205 posicionando, isso vai dar uma bagagem para nos fortalecer, para não serem violentados,
1206 continuar com essa violência que acontece aí. Então acho que é importante trazer algumas
1207 pessoas que se destacam na sociedade, todos os níveis. **Sra. Elisiane Silva de**
1208 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Nós precisamos ver um assunto. **Sr. José**
1209 **Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes/Titular)** – Isso é o protagonismo,
1210 protagonismo do idoso, fortalecimento do protagonismo, seria um tema para a reunião, para
1211 poder debater essa questão dessa violência constante que ele tá sofrendo. **Sra. Elisiane**
1212 **Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Hoje tanto aqui no conselho, nós
1213 temos recebido muita denúncia, e inclusive de agressão. E eu achei interessante nós

1214 realmente conversarmos sobre a proposta que eles falaram. **Sra. Ana Paula Mendes**
1215 **Matos (Banco de Alimentos do RS/Suplente)** – E como é que vocês pensam em começar
1216 isso? Porque acho que a ideia... **Sr. Wilson Abascal Pastorini (Secretaria Municipal dos**
1217 **Direitos Humanos/Titular)** – Desculpa, mas é um evento da Frente Parlamentar do Idoso,
1218 eles estão oferecendo o evento deles, tem o coordenador. Eles têm o modelo, tem o rito
1219 deles. Nós só vamos ofertar o tema, o conselho vai dizer o que aí, ele vai lá e vai participar.
1220 É isso. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Que dia é o
1221 horário? Dia 02? Dia 02 nós temos evento, a abertura do idoso. Tem um evento lá no
1222 Tribunal de Justiça também, o conselho foi convidado. **Sr. Silvio Leal**
1223 **(SMDSE/DIRDH/CMPI)** – A gente tá tentando fazer a lista, nós demos um prazo que é
1224 até sexta-feira. Então eu esperar assim que quem tem a programação, possa mandar para a
1225 gente. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Aqui no
1226 conselho as entidades registradas, nós entramos em contato e pedimos, pedimos por e-mail,
1227 e era para enviar até o dia 10, nós íamos discutir ontem na Câmara de Comunicação, eu já
1228 estou com toda relação ali, é só passar para vocês. Inclusive Graça a FASC vai fazer uma
1229 atividade no mês do idoso? Já tem? Ah tá, e o esporte também, esporte mandou aqui olha
1230 também, tá até o convite. O esporte mandou até o convite. Então já tem bastante material,
1231 aqui é o do esporte olha, 17 e 18. E o outro eu tenho no meu pendrive ali, eu já te mando
1232 por e-mail. E tem mais algumas sugestões que estão vindo, tem vários locais que estão
1233 convidando o Conselho do Idoso para atividade, tipo o Tribunal de Justiça né do estado do
1234 Rio Grande do Sul, eles vão falar da rede. **Sra. Eleonora Kehles Spinato**
1235 **(ASMOJI/Titular)** – Mas acho que coloca isso na programação, coloca? **Sra. Elisiane**
1236 **Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Sim eu vou colocar, eu só estou
1237 falando. **Sr. Silvio Leal (SMDSE/DIRDH/CMPI)** – Pessoal, só mais duas coisas que eu
1238 queria colocar assim, nós marcamos dois dias lá na companhia de artes que é um teatro que
1239 fica na Rua da Praia, não sei se todo mundo conhece. É um teatro pequeno, não é grande, a
1240 capacidade dele é 110, 120 pessoas, o ano passado a gente fez o encerramento ali. Então
1241 nós marcamos lá e estamos chamando o conselho para ser parceiro. Nós vamos fazer uma
1242 atividade que um dia vai ser de dança, outro dia de música, então os grupos que tem que
1243 organizar ou de música ou de dança que quiserem participar, que possam já colocar, porque
1244 como é um horário apertado, não pode colocar muita gente, senão acaba não dando certo. É
1245 dia 19 e dia 24. **Sra. Eleonora Kehles Spinato (ASMOJI/Titular)** – Mas isso é aquela
1246 data que nós já tínhamos conversado? **Sr. Silvio Leal (SMDSE/DIRDH/CMPI)** – Mas
1247 igual a Graça que tem um grupo lá, então quiser participar, no dia 19 vai ser o dia da dança,
1248 dia 24 é o dia da música. Então quem tem grupo de dança, no dia 19, quiser associar na
1249 programação, que a programação vai ser de todos. **Sra. Maria da Graça Furtado**
1250 **(FASC/Titular)** – Especificamente esses dois dias, tu não pode mudar? **Sr. Silvio Leal**
1251 **(SMDSE/DIRDH/CMPI)** – Pode. Eu mando para todo mundo. **Sr. Wilson Abascal**
1252 **Pastorini (Secretaria Municipal dos Direitos Humanos/Titular)** – Tem que fazer
1253 inscrição? **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Silvio tu
1254 não tem como vir na segunda-feira aqui conversar com nós da Câmara de Comunicação
1255 para a gente alinhar? Segunda-feira às 10h, pode ser? **Sr. Silvio Leal**
1256 **(SMDSE/DIRDH/CMPI)** – Mas é essa a ideia. E na verdade o que a gente quer é ser
1257 parceiro de vocês assim, a coordenadoria do conselho, a Frente Parlamentar, a gente quer
1258 fazer, quer mostrar essa quantidade, mostrar isso aí também é o que tá sendo feito, e que a
1259 gente possa tá divulgando, a secretaria, a nossa diretora tá preparando um esquema de
1260 divulgação lá que vai mandar para tudo que é lado. Acho bom a gente tá associando essa

1261 coordenação, e aí tornar um programa, um projeto dentro, é isso. **Sra. Elisiane Silva de**
1262 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique/Titular)** – Muito bem, alguém mais tem alguma
1263 colocação? Todas as entidades aqui presentes enviaram as atividades? Gustavo? Banco?
1264 Mandaram? Tá, então tá, vamos dar por encerrada a nossa reunião de hoje.